

***PRATICAR A CULTURA FORTALECENDO A
COMUNIDADE:***

***um estudo de caso entre o associativismo cultural e o
índice de qualidade de vida***

Ana Isabel Candeias Lopes

Trabalho de Projecto

Mestrado em *Práticas Culturais para Municípios*

Março, 2011

Trabalho de projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em ***Práticas Culturais para Municípios***, realizado sob a orientação científica do Professor Doutor António Camões Gouveia e do produtor cultural Miguel Abreu.

Declaro que este trabalho de projecto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, 31 de Março de 2011

Declaramos que este trabalho de projecto se encontra em condições de ser apresentado a provas públicas.

Os orientadores,

Lisboa, de de

PRATICAR A CULTURA FORTALECENDO A COMUNIDADE:

um estudo de caso entre o associativismo cultural e o índice de qualidade de vida

RESUMO

O trabalho de projecto que aqui se apresenta centra-se sobretudo em analisar a situação actual no que se refere às práticas de cultura na Freguesia de Afonsoeiro (localidade do concelho de Montijo objecto do estudo de caso), investigar os processos de medição do índice de qualidade de vida em Portugal e constatar se, realmente, o associativismo cultural pode ou não contribuir para o respectivo aumento.

Pretende-se conhecer o “Pólo Cultural de Afonsoeiro” enquanto equipamento ligado à cultura e identidade locais, e investigar acerca do papel que este poderia vir a desenvolver em conjunto com o associativismo cultural e a comunidade em geral, perspectivando a melhoria da qualidade de vida da população local.

O objectivo não será criticar gratuitamente ou apenas tecer meros diagnósticos, mas sim detectar mais-valias, obstáculos e oportunidades, bem como propor alterações e soluções aos mais variados problemas que possam surgir.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade, Cultura, Movimento Associativo, Pólo Cultural de Afonsoeiro, Qualidade de Vida.

CULTURAL PRACTICE THROUGH COMMUNITY STRENGTHENING:

comparative case study between cultural associations and the quality of life index

ABSTRACT

This project study focuses mainly on the analysis of the current situation regarding the cultural practices in the Parish of Afonsoeiro (place in the Municipality of Montijo, which is the object of this case study) and the investigation of the measurement procedure of quality of life index in Portugal to verify if cultural association can really contribute towards its growth or not.

The intention of this study is getting to know the “Pólo Cultural de Afonsoeiro” as a feature connected to culture and local entities, and to investigate the role it could develop, together with the cultural association and the community in general to achieve the improvement of quality of life in local population.

The goal is not to gratuitously criticise or just formulate sheer diagnosis, but to detect added values, hindrances and opportunities as well as to propose alterations and solutions to the various problems that might exist.

KEY WORDS: Community, Culture, Associative Movement, Pólo Cultural de Afonsoeiro, Quality of Life.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
Capítulo I: O ESTUDO DE CASO	3
1. Definição do objecto de estudo e finalidades da pesquisa	3
2. Descrição de conceitos-chave	4
Capítulo II: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL	
DA FREGUESIA DE AFONSOEIRO	10
A cidade de Montijo	10
A freguesia de Afonsoeiro	11
1. Quintas e ruralidade	12
2. Passado industrial	15
3. As condições de trabalho	21
4. A vida em comunidade	22
5. Desenvolvimento urbano	25
6. Património edificado	27
7. Século XXI	28
8. Uma freguesia com cinco bairros	30
9. Planos de ordenamento do território	32
10. Festas e religiosidade	34
11. Movimento associativo	35

Capítulo III: O PÓLO CULTURAL DO AFONSOEIRO _____	38
1. Implantação_____	38
2. Descrição específica_____	39
3. Sinalização e acessibilidades _____	40
4. Arquitectura do espaço_____	41
5. Utilização do equipamento_____	42
6. Abrangência e pertinência das actividades _____	43
7. Análise SWOT_____	44

Capítulo IV: PRATICAR A CULTURA FORTALECENDO

A COMUNIDADE _____	47
1. O lugar da cultura e do associativismo na medição do índice de qualidade de vida _____	47
2. Autarquias locais: competências e responsabilidades _____	53
3. Pólo Cultural e Grupo Típico de Danças e Cantares do Afonsoeiro – orientações metodológicas com vista a uma melhor gestão local da cultura _____	57
CONCLUSÃO _____	62
BIBLIOGRAFIA_____	64
ANEXOS _____	71

I – Enquadramento regional do concelho de Montijo _____	72
II - Localização das oito freguesias do concelho de Montijo e respectiva população em 2010 _____	73
III – Ortofotomapa com delimitação dos bairros e zona industrial da Freguesia de Afonsoeiro _____	74
IV – Localização das antigas malhadas do senhor “Tobias” _____	76
V – Localização da antiga Quinta do “Ramada Curta” _____	77
VI – Localização do antigo “Bairro Sem Justiça”, hoje Alto das Vinhas Grandes _____	78
VII – Vista panorâmica das fábricas em Afonsoeiro, edificadas em torno do caminho-de-ferro (1989) _____	79
VIII – Sinalização do troço ferroviário que ligava Aldeia Galega do Ribatejo a Pinhal Novo _____	80
IX – Sinalização de antigas fábricas junto à maré (Afonsoeiro) _____	81
X – Apontamento fotográfico da fábrica <i>Mundet</i> ao longo do tempo _____	82
XI – Localização de chaminés preservadas pelo dinamismo imobiliário em Afonsoeiro (2010) _____	83
XII – Localização dos bairros com génese clandestina existentes no concelho de Montijo (1988) _____	84
XIII – Localização e registo fotográfico de antiga taberna situada no bairro da Bela Vista _____	85
XIV – Localização dos estabelecimentos de ensino situados na Freguesia de Afonsoeiro (2009) _____	86
XV – Primeiras construções em altura – bairro da Bela Vista, Afonsoeiro _____	87

XVI – Localização da Igreja de Nossa Senhora da Conceição – Freguesia	
de Afonsoeiro (2010)	88
XVII – Localização e registo fotográfico do edifício da Junta de Freguesia	
de Afonsoeiro e do Pólo da Biblioteca	89
XVIII – Situação geográfica dos moinhos de Afonsoeiro	90
XIX – Localização da farmácia Borges da Cruz e do Centro de Saúde de Afonsoeiro	91
XX – Localização do polidesportivo da Bela Vista e do Campo de Futebol	
de Afonsoeiro	92
XXI – Situação geográfica dos principais nós de acessibilidade da Freguesia	
de Afonsoeiro	93
XXII – Registo fotográfico de caracterização dos diferentes bairros da Freguesia	
de Afonsoeiro	94
XXIII – Pátios existentes em 1987 nos bairros que hoje constituem a	
Freguesia de Afonsoeiro	95
XXIV – Ruas engalanadas por ocasião das Frestas Populares de Afonsoeiro 2007	96
XXV – Localização geográfica das sedes associativas na Freguesia de Afonsoeiro	97
XXVI – Registo fotográfico do Pólo Cultural de Afonsoeiro (exterior)	98
XXVII – Levantamento arquitectónico do Pólo Cultural de Afonsoeiro	100
XXVIII – Registo Fotográfico do Pólo Cultural de Afonsoeiro (interior)	103

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de projecto visa completar a componente não lectiva do mestrado Práticas Culturais para Municípios, ministrado através do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. De acordo com a estrutura do curso foi seguida a seguinte modalidade: “concepção e desenvolvimento pelo aluno de uma aplicação original dos conhecimentos e competência adquiridas à satisfação de fins sociais, culturais e/ou económicos identificados”.¹

Considerando a sequência do trabalho, este dividir-se-á em quatro grandes capítulos:

O primeiro, da definição do estudo de caso, dos seus objectivos e da explanação de conceitos-chave e outras expressões relevantes para o desenrolar da pesquisa, apresenta um carácter introdutório ao tema global do projecto – a cultura enquanto elemento fundamental para o desenvolvimento local e o contributo do associativismo cultural para o aumento da qualidade de vida (o caso do Pólo Cultural de Afonsoeiro).

O segundo, da contextualização histórica e cultural da Freguesia de Afonsoeiro, pretende dar a conhecer a localidade – o que foi e o que é hoje – e deste modo permitir ao leitor visualizar e compreender a essência de um lugar que à partida desconhece.

O terceiro, referente ao Pólo Cultural de Afonsoeiro, aborda o equipamento no que respeita à sua localização geográfica, à arquitectura, à gestão e dinamização do próprio espaço, bem como ao grau de utilidade que revela, entre outros. Tratar-se-á de um diagnóstico cuja função será apurar a sua pertinência em relação ao território onde se situa, os seus pontos fortes e ainda os problemas com que se depara.

¹ Definição da modalidade do trabalho de projecto adoptada (site da FCSH): <http://www.fcsh.unl.pt/cursos/MA/componente-nao-lectiva/componente-nao-lectiva#trabalho> (último acesso a 12-03-2011).

O quarto e último capítulo destina-se à apresentação dos resultados obtidos através do cruzamento entre os dois capítulos anteriores e da bibliografia consultada acerca do assunto.

Com este trabalho pretende-se, sobretudo, desvendar a resposta para algumas questões que serão detectadas ao longo da pesquisa e apresentar outras, que irão com certeza surgir e para as quais não haverá ainda uma solução adequada, correcta e fundamentada.

I. O ESTUDO DE CASO

Segundo a opinião de Luísa Ferreira da Silva² o estudo de caso é um método de investigação qualitativo em que são transportados para casos gerais factos observados num acontecimento específico. Assume-se, portanto, como particularista, na medida em que se debruça deliberadamente sobre uma determinada situação, procurando descobrir o que nela existe de especial e característico a fim de contribuir para a compreensão global de um certo fenómeno de interesse. Neste contexto, o investigador deve seguir uma metodologia que irá depender do enquadramento teórico, dos seus objectivos e dos recursos disponíveis para analisar a realidade a que se propõe.

1. Definição do objecto de estudo e das finalidades da pesquisa

O mestrado de Práticas Culturais para Municípios abrange um leque infinito de temas e oportunidades de investigação, principalmente no que concerne à relação entre cultura e instituições (quer públicas, quer privadas), agentes culturais, artistas, públicos e até com a própria natureza, entre outros, como a sua designação sugere. No presente trabalho de projecto, a proposta reside em provar, uma vez mais, a relação existente entre cultura, movimento associativo e os seus contributos para o aumento da qualidade de vida; desta feita, aplicados a uma realidade concreta.

O objecto de estudo é o Pólo Cultural de Afonsoeiro. Insere-se na Freguesia de Afonsoeiro, Concelho de Montijo, e é sede da única associação exclusivamente cultural da localidade – o Grupo Típico de Danças e Cantares de Afonsoeiro. Situado na periferia da cidade, este equipamento relativamente recém-construído constitui certamente o espelho de muitos outros edificados um pouco por todo o mapa nacional peri-urbano.

Pretende-se, ao analisar o referido espaço, compreender as suas funcionalidades, enaltecer as suas qualidades, características, políticas e actividades bem sucedidas, assim como chamar a atenção para situações que poderão ser melhoradas, quer ao nível da gestão e promoção do equipamento, da organização de iniciativas e mesmo da sua relação com

² Cf. SILVA, 2001.

associações e outras instituições locais (constatar se existem, reflectir sobre elas e propor possíveis soluções). Sendo o mestrado relacionado também com o universo municipal, serão, se necessário, focados aspectos no âmbito das autarquias locais, nomeadamente a nível administrativo-burocrático, de recursos humanos, atribuição de competências, etc..

O principal objectivo da investigação prende-se com o questionamento constante e reflexão sobre as formas de funcionamento e organização/utilização do espaço. Torna-se também fundamental abordar o tema do associativismo e os ideais sob os quais se rege, indagando se a sua prática realmente afecta de alguma forma a qualidade de vida. É finalidade deste trabalho de projecto estudar não só a relação equipamento-associação-comunidade, mas principalmente gerar perguntas acerca do tema. É certo que não se irá desvendar resposta para todas elas; o ideal será abrir caminho a novas discussões.

2. Descrição de conceitos-chave

Aquando da elaboração de um qualquer trabalho, seja ele de pesquisa ou de carácter teórico-prático, revela-se necessária a definição de determinadas expressões sobre o tema a abordar. Assim sendo, optou-se pela escolha de concepções consideradas fundamentais a fim de tornar a investigação mais acessível do ponto de vista conceptual. Alfabeticamente ordenadas, são elas: os conceitos de comunidade, cultura, movimento associativo e qualidade de vida.

Comunidade:

A opinião acerca do significado de comunidade varia consoante o indivíduo e o local em que se encontra. É frequente que o termo apareça aplicado a pequenos agregados rurais ou urbanos (aldeias e freguesias, quarteirões ou bairros), mas também a grupos profissionais (comunidade científica, médica...), a organizações (comunidade escolar, *hippie*), entre muitos outros. Portanto, como resultado da necessidade de optar por uma definição coerente em relação às ideias defendidas na presente pesquisa, adoptou-se a noção de comunidade sustentada por Marcelino de Sousa Lopes. Aquele afirma que “o conceito de comunidade assenta num espaço com uma unidade comum, isto é, o termo comunidade deriva do princípio de ‘comum’ mais ‘unidade’”. Um espaço assim entendido

requer, como protagonistas, pessoas que o habitem e que estabeleçam laços e interesses em comum. É desta interacção permanente, gerada pelas dinâmicas comunitárias, que se deve entender a designada educação comunitária, normalmente promovida pela via das diferentes partilhas de saberes, partilhas de vivências, partilhas de experiências, e por um conjunto de práticas enraizadas que transmitem e projectam valores, saberes e habilidades.”³

Cultura:

Sabe-se que é uma palavra latina com a mesma raiz de *cultus* (cultivo e culto), do verbo *colo* (cultivar) aplicado a domínios tão diversos como os campos, as letras e a amizade. Cícero e Horácio referem-se à *cultura animi* (cultura do espírito) definindo-a enquanto “a acção que o homem realiza quer sobre o seu meio quer sobre si mesmo visando uma transformação para melhor”.⁴

Em 1871, na sua conhecida obra *Primitive Culture*, Edward Tylor definia cultura como “aquele conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade”⁵. É esta uma das primeiras tentativas para uma definição científica de cultura, ou de elaboração de um conceito capaz de delimitar de modo suficientemente rigoroso o âmbito dos fenómenos culturais enquanto objecto de análise das ciências sociais. O termo cultura presta-se a muitas e diversas interpretações, variando na medida em que se coloca a tónica sobre a dimensão subjectiva da cultura ou sobre a presença do aspecto humano referente aos valores, modelos de comportamento, critérios normativos interiorizados, ou ainda sobre o carácter, por assim dizer objectivo, que as formas culturais assumem enquanto memória colectiva ou tradição codificada e acumulada no tempo. Outras definições tendem a sublinhar que o conceito de cultura não passa de uma abstracção que permite ao cientista social orientar a sua investigação.

³ LOPES, 2006:408.

⁴ In Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Volume 6, pp. 578/579.

⁵ Excerto retirado do Manual de Sociologia da Cultura, da autoria de Franco Crespi, p. 13.

Tendo em consideração o tema do trabalho de projecto que aqui se desenvolve, resolveu-se adoptar uma ampla definição do conceito de cultura, tomando como exemplo a *Declaração do México sobre Políticas Culturais*, redigida em 1982 aquando da *Conferência Mundial da UNESCO*: “A cultura pode ser considerada actualmente como o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afectivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (...) a cultura dá ao homem a capacidade de reflectir sobre si mesmo. É ela que faz de nós seres especificamente humanos, racionais, críticos, e eticamente comprometidos. Através dela discernimos os valores e efectuamos opções. Através dela o homem se expressa, toma consciência de si mesmo, se reconhece como um projecto inacabado, põe em questão as suas próprias realizações, procura incansavelmente novas significações e cria obras que o transcendem.”⁶

Ao fazer cultura, de um modo geral, o Homem contribui para transformar o seu mundo e torná-lo mais aprazível. Daí a aproximação entre cultura e qualidade de vida, que durante a pesquisa se irá estabelecendo.

Movimento Associativo:

De acordo com o artigo “O movimento associativo popular e a democracia”⁷, da autoria de Artur Martins⁸, a origem do associativismo que hoje conhecemos remonta ao século XIX. Este fenómeno resultou de duas grandes alterações sociais a nível mundial: a Revolução Industrial em Inglaterra (que teve início em finais do século XVII) e a Revolução Francesa (1789-1793), cujo lema “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” se encontra perfeitamente actual de acordo com os ideais democráticos sentidos um pouco por todo o globo.

⁶ Declaração do México sobre Políticas Culturais (1982) disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000546/054668mb.pdf> pp. 8 (último acesso a 11-08-2010).

⁷ Este artigo está patente no site www.25abril.org (último acesso a 12-09-2010).

⁸ MARTINS;2010. Artur Martins é dirigente da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio (FPCCR), e responsável pela área de formação para dirigentes associativos.

Devido à inexistência de sistema social e à grande taxa de analfabetismo, entre outros motivos de carácter histórico, as populações viram-se obrigadas a se associar a fim de minimizar as inúmeras dificuldades por que passavam. É neste contexto que no nosso país, mais de 50 anos depois da Revolução Liberal de 1820, o povo se começa a organizar. Tem início o aparecimento das chamadas “colectividades” que, integradas nas comunidades onde se inseriam, foram encontrando então resposta para as suas necessidades.

Segundo o dirigente da FPCCR, grande parte das associações que presentemente existem em Portugal terão sido instituídas após o 25 de Abril de 1974, nomeadamente as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), criadas na década de oitenta do século XX e que tanto têm contribuído para o desenvolvimento social local. Artur Martins cita ainda José Malheiro⁹, defendendo que as associações populares constituem “espaços onde se exercem e reclamam direitos: de reunião, de associação, à cultura, ao desporto, ao lazer, ao protesto, à indignação. A uma vida autenticamente humana, a uma vida verdadeiramente feliz.”¹⁰

Qualidade de Vida:

A preocupação do homem com o seu bem-estar existe desde os tempos mais remotos. O conceito de qualidade de vida, propriamente falando, tem vindo a evoluir ao longo do tempo, embora a ausência de registos sobre a sua história e aparecimento oficial seja um facto. Segundo informação obtida na Moderna Enciclopédia Universal,¹¹ terá sido criado no ano de 1958 por John Kenneth Galbraith, economista e escritor norte-americano. Galbraith defende que as “metas político-económicas e sociais não deveriam ser perspectivadas tanto em termos de crescimento económico quantitativo e de crescimento material do nível de vida, mas sim de melhoria em termos qualitativos das condições de vida dos homens”. De acordo com o autor, esta visão só poderia tornar-se possível através de um melhor desenvolvimento de infra-estrutura social, ligado à supressão das disparidades e à defesa e conservação do meio ambiente. A reforçar esta ideia segue a

⁹ José Malheiro, estomatologista, foi também forte contestatário do antigo regime e dirigente associativo de várias associações em Almada.

¹⁰ MARTINS;2010:4.

¹¹ *In* Volume XV, p. 237.

opinião de Pires Manso e Nuno Simões no *Relatório sobre Qualidade de Vida nos Municípios Portugueses*. Os investigadores sugerem que a expressão “qualidade de vida” tenha surgido na segunda metade do século XX aquando dos debates públicos norte-americanos acerca da deterioração das condições de vida urbana. Acompanhando o processo de industrialização da sociedade, o próprio conceito de qualidade de vida também se modificou, passando de cálculo meramente ligado às condições económicas, a um verdadeiro índice de medição da felicidade dos indivíduos.¹²

A definição de qualidade de vida não é consensual. Porém, apresenta aspectos que são partilhados pela maioria dos investigadores como é o caso da sua característica multidimensional, que integra factores subjectivos (ou qualitativos) e objectivos – ou quantitativos. A dimensão subjectiva da noção de qualidade de vida pode desenrolar-se tanto a nível individual (através do grau de satisfação com a vida, a felicidade, as percepções de bem-estar e saúde) como a nível colectivo (com a capacidade de participação cívica, de influenciar os desenvolvimentos sociais, etc.). A dimensão objectiva condiciona e circunscreve a vida individual (relativamente ao grau de instrução, ao rendimento e ao acesso a bens e serviços) e também a vida colectiva (devido a condições ambientais e sócio-económicas, ao desempenho dos sistemas de segurança social, entre outros).¹³

Actualmente, medir e contabilizar o Índice de Qualidade de Vida generalizou-se, fazendo parte do discurso político, científico, técnico e até de alguma opinião fundamentada produzida na imprensa. Uma vez que a população se encontra em grande crescimento, importa criar medidas que visem desenvolver e melhorar as condições de habitabilidade e vivência (nomeadamente a nível urbano, tendo em conta o tema objecto de pesquisa).

A fim de levar avante o estudo de caso sobre a relação entre cultura, associativismo e qualidade de vida, com base na pesquisa acerca do “Pólo Cultural de Afonsoeiro”, há que seguir um eixo metodológico concreto. Assim sendo, antes de iniciar a análise do equipamento, é necessário contextualizar a localidade em que se insere. Esta pesquisa é essencial para que o investigador consiga tomar consciência da essência do espaço

¹² Cf. MANSO;2007.

¹³ Cf. LEAL;2008, MANSO;2007 e VALENTE;2004.

geográfico – porque conhecer o passado se demonstra fulcral para entender o presente e poder planejar o futuro. Explorados os principais conceitos da investigação, segue-se o trabalho de contextualização histórica e cultural do território que abrange o presente estudo de caso.

II. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL DA FREGUESIA DE AFONSOEIRO

A cidade de Montijo

A cidade de Montijo, até 1930 denominada Aldeia Galega do Ribatejo, localiza-se no norte do Distrito e da Península de Setúbal, servindo de área de transição importante entre o Sul e o Centro/Norte, e entre o Oeste e Este do país. Concelho urbano de 1.^a ordem, apresenta uma delimitação territorial incomum no contexto nacional, sendo constituído por duas partes geograficamente distintas: a parte Oeste, que compreende as Freguesias de Montijo, Afonsoeiro, Sarilhos-Grandes, Alto Estanqueiro-Jardia e Atalaia, e a parte Este, onde se encontram as Freguesias de Santo Isidro de Pegões, Pegões e Canha. As razões desta descontinuidade geográfica prendem-se com as diversas alterações histórico-administrativas por que passou este território¹⁴ mas que não se justifica, de momento, explorar.

Segundo os dados apresentados pelo Recenseamento Geral da População em 2001, verifica-se que a Zona Este, que representa 83,82% do território, é ocupada por apenas 13,95% da população, reflectindo uma baixa demográfica. É, portanto, na Zona Oeste que se situam os maiores aglomerados populacionais, sobretudo nas Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, representativos de 58,50% e 9,03% da totalidade da população concelhia, respectivamente.¹⁵ Embora se estime que, no ano de 2008, a densidade populacional do Concelho fosse de aproximadamente 119hab/km², sabe-se que este valor não é fidedigno uma vez que existem freguesias com uma área limitada densamente povoadas, e outras com vastos territórios mas cujo índice demográfico se revela bastante reduzido. Assim sendo, a fim de obter uma visão geral e fiel da realidade, optou-se por colocar um valor actual aproximado do número de habitantes de cada freguesia, com base em informações

¹⁴ Consultar mapa de enquadramento regional do Concelho de Montijo: Anexo I, pág. 72.

¹⁵ Dados disponíveis no site da Câmara Municipal do Montijo: www.mun-montijo.pt (último acesso a 03-09-2010).

recolhidas através do executivo das Juntas de Freguesia.¹⁶ Devido ao grande *boom* populacional dos últimos anos, algumas destas instituições aguardam ansiosamente os Censos de 2011, a fim de poder actualizar com exactidão as respectivas bases de dados.

A Freguesia de Afonsoeiro

Criada a 24 de Agosto de 1989 pelo Decreto-Lei n.º 39/89 da mesma data, a jovem Freguesia de Afonsoeiro, que anteriormente se encontrava integrada na Freguesia de Montijo, é constituída pelos bairros de Afonsoeiro, Bela Vista, Alto das Vinhas grandes, 1.º de Maio e Charqueirão, e ainda por uma extensão de território denominada Zona Industrial do Pau Queimado.¹⁷ Com uma área total de 4,15 km² possui, segundo os Censos de 2001, uma densidade populacional de aproximadamente 842hab/km². Tendo em conta a informação obtida através da Junta de Freguesia calcula-se que, actualmente, ultrapasse já os 9 mil moradores, o que se traduz num total de 2168hab/km², factor que torna o Afonsoeiro na segunda mais povoada freguesia do Concelho (embora seja, simultaneamente, a segunda mais pequena em termos de área territorial).

Da sua história mais longínqua sabe-se apenas o que um punhado de eruditos locais conseguiu, até hoje, desvendar. As monografias e os artigos consultados têm mostrado uma realidade isenta de grandes pormenores, mas que tem primado felizmente pela coerência e concordância na descrição dos factos. À primeira vista, no início do estudo das origens da terra, uma das grandes fontes consiste da identificação do seu Brasão: a roda dentada, ao centro, reflecte a grande influência industrial ao longo dos anos; a mó de moinho, em chefe, faz alusão ao passado rural e aos dois engenhos de molinologia situados na Freguesia; os perfis de carril e o ondeado de prata e azul representam, respectivamente, a importância do caminho-de-ferro e do braço do Tejo, factores de desenvolvimento económico da localidade.



**Ilustração 1 -
Brasão da
Freguesia de
Afonsoeiro.**

Na medida em que as informações acerca da história do lugar de Afonsoeiro constituem apenas pequenos apontamentos aqui e ali aquando da elaboração de

¹⁶ Consultar mapa de delimitação das Freguesias do Concelho de Montijo e respectivo número de habitantes: Anexo II, pág. 73.

¹⁷ Consultar ortofotomapa de delimitação dos bairros da Freguesia de Afonsoeiro: Anexo III, pág. 74.

documentos sobre a antiga Vila de Aldeia Galega do Ribatejo ou sobre o Concelho de Montijo, tentar-se-á agora reunir e aprimorar os conhecimentos adquiridos durante a investigação para o presente trabalho de projecto, a fim de dar à Freguesia, aos seus habitantes e a todos os que se interessarem, o gosto de ler num só texto a história de Afonsoeiro.

1. Quintas e ruralidade

É certo que o crescimento da localidade se deveu sobretudo à industrialização dos meios de produção e à proximidade, quer do rio Tejo quer, mais tarde, do troço de caminho-de-ferro que ligava Aldeia Galega a Pinhal Novo. Falar de Afonsoeiro é, consequentemente, falar de chacina e de cortiça; porém, os ventos que por lá passaram teriam muito mais para contar.

Com base nos documentos identificados por Mário Balseiro Dias,¹⁸ em meados do século XIII, o local que hoje conhecemos por Afonsoeiro estaria ocupado por duas grandes herdades que extrapolavam, em muito, os limites geográficos da actual Freguesia. Pertenciam ambas a D. João Martins, Reitor da Igreja de Santa Marinha do Outeiro (Lisboa), e possuíam a designação de Quinta da Lançada e Quinta das Assentes (ou Ascentes, que pode também derivar em Nascentes).



Ilustração 2 - Conjunto edificado da Quinta da Lançada. Crédito fotográfico: Junta de Freguesia de Afonsoeiro.

A Quinta da Lançada vê-se merecedora de algum destaque pela sua importância e actualidade. O seu nome perdura e faz hoje divisão entre as Freguesias de Afonsoeiro e Sarilhos Grandes. Uma das primeiras referências encontradas remonta a 1260, carta de doação redigida por D. João Martins a João Martins de Fartio e sua mulher Margarida Anes, especificando que os novos proprietários se encontrariam a explorar a herdade há algum tempo, tendo já realizado obras de melhoria e plantado vinhas.¹⁹ Segundo Joaquim Carreira Tapadinhas, no livro *Aldeia Galega no Tempo dos Descobrimentos*, a Quinta da Lançada tem “o privilégio de nos

¹⁸ Cf. Dias;2000.

¹⁹ Cf. Dias;2000.

ter dado o único título de nobreza em terra plebeia (...) o de Visconde da Lançada.”²⁰ Conforme o autor, este título foi atribuído por D. Maria II em 1849 a “D. Manuel Inácio de Sampaio e Pina Freire, engenheiro e matemático, fidalgo da Casa Real, do Concelho de Sua Majestade Fidelíssima, Comendador da Ordem de Avis e membro do Tribunal do Tesouro Público”²¹, por duas vidas.

Confrontada a Sul com a Quinta da Lançada localizava-se a Quinta das Assentes (ou ainda Assentas, nome pela qual é hoje conhecida), herdade doada por D. João Martins à Igreja em 1249²². Segundo documentos existentes no Arquivo Municipal de Montijo, citados e traduzidos por Francisco Correia na obra Aldeia Galega do Ribatejo – Séculos XIII a XV, em 1306 esta propriedade aparece já repartida em dois aforamentos distintos: um a Tomé Estevens e outro a Domingos Mendes²³, o que prova que estas terras foram sendo divididas, doadas e desanexadas ao longo dos séculos, dando origem a outras mais pequenas, cujos nomes foram também mudando consoante o seu tempo e o seu proprietário. Assim sendo, é possível que a Quinta das Assentas se tenha vindo a apelidar de “Quinta Velha”, “Quinta do Casado” ou até mesmo do “Forno do Vidro” ou de “D. Luís Salazar”, designações que se têm registado nos vários documentos consultados mas que parecem ter-se situado no mesmo espaço. Poder-se-ão revelar aqui dois outros exemplos desta teoria: o primeiro consiste na descrição que António Carvalho da Costa elabora em 1712: “Ao Sudeste da Vila está outra Quinta com casas arruinadas que é de D. Luís Salazar, chama-se Quinta do Casado ou Forno do Vidro por nele se encontrar em algum tempo, tem vinhas e hortas, fica junto do rio que pára na Quinta da Lançada que foi de Jorge Gomes Aleme, e boa, não pelo sítio ser sadio, mas por constar de pomar da China e mais frutas, muitas vinhas, olivais, bons pinhais, e um moinho.”²⁴ O segundo, foi extraído da monografia Coisas da Nossa Terra – Breves Notícias da Vila de Aldeia Galega do Ribatejo, da autoria de José de Sousa Rama: “São também dignas de menção a Quinta de D. Luís Salazar (hoje [1906] Quinta Velha, propriedade do Sr. José Maria de Vasconcellos),

²⁰ TAPADINHAS;2003:93.

²¹ *Idem*, pp. 90.

²² Conforme a “Carta de doação, feita por João Martins Reitor da Igreja de Santa Marinha do Outeiro, a esta, dos bens que tem em Alpriate, **Nascentes**, Caneira e Canafrechal.” [Dias;2000:25].

²³ Cf. CORREIA;2001:5.

²⁴ COSTA;1712:325.

sita no esteiro que vai dar à Lançada”.²⁵ Séculos mais tarde, parte do território desta propriedade terá sido ocupada pela fábrica de aglomerados Mundet (onde agora se localiza a grande superfície comercial E.Leclerc) uma vez que se encontram, nas suas imediações, as ruínas de um velho moinho de maré conhecido por Moinho de Maré da Mundet ou das Assentas (ou também das Nascentes), que será novamente abordado no decorrer da pesquisa.

Devido à sua importância toponímica evidencia-se a Quinta de Afonso Soeiro de Albergaria, cujos registos remontam ao ano de 1569.²⁶ Embora se desconheça a sua localização específica, diz a crença popular que a aglutinação do nome do seu senhorio terá originado a designação do antigo bairro e, posteriormente, da Freguesia de Afonsoeiro.²⁷

Fruto provável de uma das desanexações atrás referidas é a Quinta de Santo Amaro, datada do século XV.²⁸ Destaca-se esta propriedade por ostentar, num dos seus edifícios, uma lápide epigrafada que faz referência a obras realizadas nesse local por D. João, camareiro-mor do Duque, no ano de 1494²⁹. Segundo Joaquim Baldrico,³⁰ o Duque citado seria o futuro Rei D. Manuel na medida em que, tendo em conta a data, seria o único nobre com condições para possuir na sua Casa funcionários com tais títulos e honras. A Quinta de Santo Amaro tomou, mais tarde, o nome de *Robinson*; embora não se tenham encontrado quaisquer documentos que o provem, terá sido



Ilustração 3 - Conjunto edificado da Quinta de Santo Amaro. Crédito fotográfico: Ana Lopes.

“A primeira fábrica que eu trabalhei foi na Robinson. A cortiça vinha nas camionetas e nos vagões do comboio e nós trabalhávamos sentadas, duas a duas, a escolher a cortiça virgem, que é a melhor. (...) Havia lá dois encarregados e o gerente morava lá; eu nunca lá entrei mas aquelas casas deviam ser grandes...”

Francelina Pereira de Jesus, 78 anos, reformada.
Informação recolhida a 12-08-2010.

²⁵ RAMA;1906:16.

²⁶ Cf. LUCAS;1997:27.

²⁷ Várias são as fontes que reforçam esta ideia, desde o site da Câmara Municipal de Montijo (www.mun-montijo.pt) aos boletins informativos da Junta de Freguesia que se intitulam, inclusive, *Terras de Afonso Soeiro*.

²⁸ Cf. TAPADINHAS;2003:26 e *Terras de Afonso Soeiro*;1999:3.

²⁹ Esta lápide encontra-se actualmente na sede do Museu Municipal de Montijo.

³⁰ No artigo “*Fregueses e Freguesias, Freguesia de Afonsoeiro*”, publicado na revista da Câmara Municipal de Montijo (2003).

provavelmente adquirida no século XX a fim de instalar uma fábrica de cortiça do mesmo nome, que alguns habitantes da Freguesia têm ainda memória de ver funcionar. Da lembrança restam apenas ruínas e um velho cais de madeira, chamado “cais da *Robinson*”³¹, hoje totalmente destruído e inacessível.

2. Passado industrial

Contudo, é na área do património industrial que Afonsoeiro mais se distingue de qualquer outra freguesia do Concelho de Montijo. A suinicultura e a actividade corticeira constituíram o expoente máximo de empregabilidade durante o século XX³², seguidos pela agricultura, pela indústria da cerâmica e, embora em menor escala, do betão. Sobre esta temática, mais recente, seria interessante dar a conhecer relatos na primeira pessoa, testemunhos de quem viveu a realidade que se pretende aqui abordar. Para o efeito, conforme sugere o professor Alfredo Tinoco, ter-se-á como base o conceito de História Oral, ou seja, o “processamento de depoimentos de actores sociais (...) cujo registo correria o risco de se perder por não existirem ou serem insuficientes as outras fontes históricas conhecidas”.³³ Estes testemunhos são fontes para se fazer história, não se tratando apenas de recolher as memórias e vivências dos indivíduos (o que já seria, por si só, relevante). Trata-se de criar uma nova fonte histórica que poderá completar ou iluminar o conhecimento já adquirido sobre determinado fenómeno social. Deste modo, com o objectivo de conferir maior realismo e envolvimento com a população e com a localidade, para além de salvaguardar um património que poderá desaparecer em breve, optar-se-á por ilustrar o texto através de pequenas citações de quem conhece realmente o assunto que se pretende aqui reflectir um pouco melhor.

Para tal, a pesquisa contou com o apoio de Francelina Pereira de Jesus, uma das mais antigas moradoras da Freguesia. Natural de Sever do Vouga chegou a Afonsoeiro em 1950 – época do apogeu industrial montijense. Foi agricultora, operária fabril e comerciante. Hoje, com 78 anos de idade, descreve orgulhosamente como era a vida e a localidade na altura. Do seu testemunho foram retiradas citações que serão referidas no

³¹ Cf. DIAS;2001:135.

³² Cf. TORRES;2003.

³³ TINOCO;2009:65.

desenrolar das próximas páginas. Enquanto forma de complementar ainda as informações contidas no texto, farão parte integrante também outros depoimentos oriundos de artigos e obras cujo conteúdo vá ao encontro do que aqui se tenciona tratar.

Suicultura

No que se refere ao passado industrial, a engorda e abate de suínos começam a generalizar-se em Aldeia Galega do Ribatejo por volta de 1880, devido às necessidades de consumo da população lisboeta.³⁴ Muitos campos agrícolas cederam lugar a malhadas (e também, embora não seja costume focar, vacarias), principalmente na zona onde hoje se situa a Freguesia de Afonsoeiro.

Segundo Maria Alfreda Cruz, em A Margem Sul do Estuário do Tejo – Factores e Formas de Organização do Espaço, “Os porcos adquiriam-se vivos. Vindos do Alentejo a pé, em varas, ou trazidos em pequenos números ainda novos (...) eram, neste caso,

“Ali onde estão os prédios brancos eram courelas. Toda a gente gostava de ter uma hortita para plantar meia dúzia de couves e de batatas, e um chiqueiro para ter um porco, mas ninguém roubava nada a ninguém... Eu nunca tive, mas aqui onde houvesse espaço metia-se logo um porco!”

Francelina Pereira de Jesus, 12-08-2010.

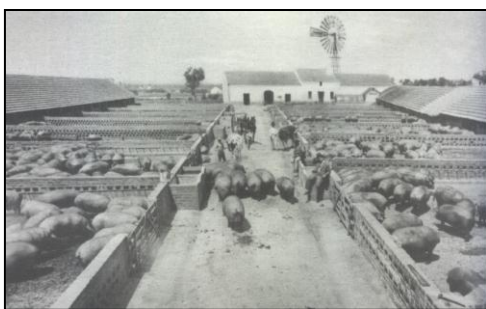


Ilustração 4 – Malhadas em Aldeia Galega (1920-1930). Fonte: [Baldrico;2002:176].

engordados até atingirem as proporções desejadas pela indústria. (...) Qualquer armazém anexo a uma habitação servia para instalar os utensílios [necessários à chacina], e o recrutamento do pessoal não oferecia problemas: fazia-se localmente, de forma espontânea, pois a época de matança era o inverno [devido à inexistência de frigoríficos que conservassem a carne].”³⁵ Sendo a chacina um trabalho sazonal, a maioria dos/as operários/as tinham outras ocupações e tentavam, assim, rentabilizar o pouco tempo livre que lhes restava. Que o diga Joaquim Morgado, antigo magarefe (escalador de porcos), cujo testemunho consta do livro Património Industrial

³⁴ LUCAS;1997:41.

³⁵ CRUZ;1973:135.

e Pré-Industrial de Montijo – da obra à memória: “A maior parte dos dias nós estávamos a desmanchar os porcos mas tínhamos as redes a pescar.”³⁶ De facto, mesmo laborando em fábricas, oficinas, matadouros ou na agricultura, todos arriscavam, em paralelo, manter uma qualquer actividade que ajudasse no sustento da casa. Terminada a sua prestação, os homens regressavam ao trabalho habitual e era altura de se reunirem as mulheres à volta da carne ainda quente: “Acabadas as matanças, eles voltavam às suas primitivas ocupações – trabalhadores no campo, pescadores, etc. Depois dirigiam-se para as casas de chacina bandos de mulheres que iam continuar a faina anteriormente interrompida pelo trabalho de seus maridos, pais e filhos. (...) Eu assistia muitas vezes a toda esta azáfama, esperando a minha vez para que me enchessem um prato de torresmos por um vintém, ou me vendessem um par de rins por meio tostão”.³⁷ Neste artigo de Luís Maria Nogueira no jornal “A Província” em Março de 1953, o autor faz ainda alusão à forma como era executada a desmancha dos animais, a transformação das carnes e posterior venda em Lisboa.

Na década de 50 do século passado existia no Alto das Vinhas Grandes uma malhada considerada das maiores do Afonsoeiro. Pertencia a um senhor a quem chamavam “Tobias”. Segundo dados recolhidos através da Junta de Freguesia, o casario principal (agora abandonado) seria o que se localiza nas traseiras do hipermercado Pingo Doce, achando-se vestígios de um moinho americano. As respectivas malhadas abrangiam ainda toda a área que cobre a actual sede da associação Bons Amigos e os apartamentos que a rodeiam.³⁸

Confrontada a Noroeste com a propriedade do senhor Tobias, situava-se uma extensão de terreno agrícola denominada “Ramada Curta”, proveniente talvez do apelido do respectivo dono. Abarcava a área do contemporâneo centro comercial “O Gaveto” e terminava defronte à

“Diziam que no Montijo quem quisesse trabalhar não passava fome. (...) Eu vim e arranjei logo trabalho no campo, fui para o ‘Ramada Curta’. Era muito duro e eu tinha medo, porque ao nascer do Sol, quando agente lá chegava, às vezes havia pessoas enforcadas nas oliveiras. ”

Francelina Pereira de Jesus, 12-08-2010.

³⁶ TINOCO;2009:208.

³⁷ NOGUEIRA;1958:2.

³⁸ Ver localização e respectivo registo fotográfico: Anexo IV, pág. 76.

estrada principal (Rua Vasco da Gama)³⁹. O terreno foi dando cada vez mais lugar ao aparecimento de pequenas construções clandestinas. Este aglomerado habitacional, embora oficialmente apelidado Alto das Vinhas Grandes, era comumente chamado de “Bairro Sem Justiça”⁴⁰ – nome que caiu em desuso nos nossos dias, retomando a designação inicial. A partir dos anos 80, a “Quinta do Ramada Curta” transformou-se e passou a fazer parte do bairro da Bela Vista.

Quando Francelina Pereira de Jesus chegou a Montijo, já a Vila era considerada o principal centro produtor de salsicharia do país, onde eram preparados cerca de 90.000 porcos anualmente (o que corresponde a uma produção de aproximadamente 90.000 toneladas de carne e uma ocupação de mais de 1600 operários).⁴¹ No que respeita à indústria corticeira, esta estava prestes a atingir o nível máximo de produção: no final da década de 60 existiam para lá de 100 fábricas em laboração simultânea⁴² (que transformavam mais de 200.000Kg de cortiça por ano).⁴³ Realmente, na altura, todo o distrito de Setúbal era encarado como “terra de oportunidades” e muito do êxodo rural da época de deveu à industrialização em Montijo, Barreiro e Seixal. Este facto justifica o grande aumento demográfico da Freguesia de Montijo⁴⁴ ao longo do tempo: no ano de 1900 havia uma população de 8.113 habitantes, ao passo que em 1970 seria de 33.290 habitantes – o que resulta num aumento de cerca de 410%!⁴⁵

³⁹ Ver localização e respectivo registo fotográfico: Anexo V, pág. 77.

⁴⁰ Ver localização e respectivo registo fotográfico: Anexo VI, pág. 78.

⁴¹ Cf. LUCAS;1997.

⁴² Consultar vista panorâmica dos empreendimentos fabris em Afonsoeiro, junto à maré: Anexo VII, pág. 79.

⁴³ Cf. TINOCO;2009.

⁴⁴ São referidos dados alusivos à Freguesia de Montijo uma vez que os bairros de Afonsoeiro, Bela Vista, Alto das Vinhas Grandes, Charqueirão e 1.º de Maio apenas constituíram Freguesia em 1989.

⁴⁵ Cf. CMM;1990:18-19.

A Indústria Corticeira

A inauguração do caminho-de-ferro que ligava Aldeia Galega a Pinhal Novo, em 1908⁴⁶, trouxe consigo um fôlego de desenvolvimento nunca dantes experimentado pela Vila. Inúmeras foram, portanto, as fábricas que passaram por Afonsoeiro (principalmente pela Zona Industrial do Pau Queimado, área onde se concentrava o maior número de núcleos industriais devido à paragem do comboio no apeadeiro de Sarilhos), localidade banhada pelo estuário do Tejo e, também, desde aquela data, pelo troço ferroviário.⁴⁷ Entre edifícios que pertenceram a diferentes empresas e ramos de actividade, a armazéns que hoje se encontram totalmente destruídos ou foram, propositadamente, demolidos, há nomes cuja menção se torna obrigatória.



Ilustração 5 - Aspecto do trabalho na antiga fábrica Pablo&Tavares. Fonte: [Tinoco;2009:139].

“Quando o meu marido trabalhava na *Sopac*, eu ia lá buscar sacas de 50Kg de pó e trazia-as à cabeça. Metia-se o pó dentro de uma lata com um pauzito lá dentro e *atabicávamos* [espalmávamos] aquilo bem. Despejava-se petróleo para dentro do buraco que o pau tinha feito, puxava-se fogo, e assim tínhamos lume para cozinhar todo o dia.”

Francelina Pereira de Jesus, 12-08-2010.

É o caso da firma *Pablo&Tavares* que, segundo o estudo Caracterização Geográfica e Socio-Económica do Concelho de Montijo, editado pela Câmara Municipal de Montijo em 1990, refere que “...a maior fábrica de transformação radicada em Montijo desde 1914, pioneira da industrialização nesta Vila (...) foi a Pablo, tendo iniciado a sua actividade como indústria preparadora da prancha e, numa fase posterior, passado para a transformação de cortiça.”⁴⁸ Embora se localizasse fora dos limites da Freguesia objecto de estudo, a sua proximidade influenciava em muito a vida dos Afonsoeirenses, cuja grande parte via na *Pablo's* o sustento da sua família.

Refira-se ainda a *Sopac*, situada à beira-rio, empresa produtora de aglomerado negroe proprietária dos terrenos que hoje constituem a urbanização dos “prédios brancos”

⁴⁶ Cf. TORRES;2003.

⁴⁷ Ver sinalização do troço ferroviário que passava em Afonsoeiro: Anexo VIII, pág. 80.

⁴⁸ CMM;1990:48.

e o recinto da Igreja.⁴⁹ No espaço diante da referida empresa, onde hoje se localizam o jardim-de-infância da Santa Casa da Misericórdia e a urbanização do “Pica Pau Amarelo” ou, como é vulgarmente apelidada, dos “prédios amarelos”, existia um enorme aterro onde eram despejadas as cinzas que provinham das oficinas da fábrica.⁵⁰ Nos nossos dias, vê-se desactivada e completamente abandonada.

Onde actualmente funciona a também corticeira *Rufino & Guerreiro S.A.*, encontrava-se a *ISOLA* – dedicada exclusivamente à comercialização dos produtos fabricados na *Sopac*, na *Mundet*, na *Infal* (corticeira situada na Vila) e na *Robinson* (à sua esquerda). Situada na antiga Quinta de Santo Amaro, como atrás se referiu, a *Robinson*⁵¹ era constituída maioritariamente por armazéns de recepção de material proveniente de Portalegre sendo a sua produção, propriamente dita, bastante diminuta. Todavia, destaca-se por possuir ainda parte de um antigo pomar de que fala José de Sousa Rama⁵² e um polidesportivo que estaria ao dispor dos operários. De visita ao local depara-se com a triste constatação de uma propriedade completamente desvirtuada e transformada devido aos sucessivos actos de vandalismo a que tem sido sujeita, parecendo ter sido propositadamente demolida e constituindo refúgio de toxicodependentes e sem-abrigo.

Segue-se, por último, uma das maiores empresas de sempre do Montijo: a *L. Mundet & Sons*. Instalada em Afonsoeiro no ano de 1923 enquanto sucursal do empreendimento

“Trabalhei na Mundet 15 anos. O que a distinguia das demais fábricas do Concelho era a sua apetência para produzir todo o tipo de materiais em cortiça. Enquanto umas faziam só rolha ou aglomerado negro, a Mundet fazia desde revestimentos a papel de cortiça [usado nos filtros dos cigarros]. A *Pablo's* empregava o maior número de operários, mais de mil. Mas a Mundet tinha o melhor equipamento.”

Humberto Lopes, 18-08-2010.

fábril com o mesmo nome, tinha a sua sede na Quinta dos Franceses (Seixal) desde 1905. Era exportadora de rolhas, aglomerados, e muitos outros produtos transformados a partir da cortiça. Os terrenos para a sua edificação foram de tal forma estrategicamente adquiridos, que a própria linha de caminho-de-ferro a trespassava (parando o comboio numa estação única ali existente a fim de

⁴⁹ Para as seguintes descrições contou-se com o auxílio de Humberto Lopes, 56 anos, funcionário público, natural de Afonsoeiro e actual Presidente da Junta de Freguesia (recolha realizada a 18-08-2010).

⁵⁰ Ver localização das fábricas acima referidas: Anexo IX, pág. 81.

⁵¹ *Idem*.

⁵² Cf. RAMA;1906.

carregar e descarregar os vagões). Encerrou a sua actividade em 1986. Já no novo século, foi comprada pela empresa *E.Leclerc* que ali erigiu o segundo hipermercado da Freguesia (o primeiro foi o *Dia*, na Zona Industrial do Pau Queimado).⁵³

A encerrar a abordagem acerca da indústria corticeira no Concelho de Montijo, destaca-se o seguinte excerto retirado da obra *Daqui... Fala Ribatejo*, da autoria do montijense Álvaro Valente: “Muitas fábricas do Algarve se mudaram para aqui; por facilidades de instalação, maior economia de fretes, pela proximidade dos grandes centros de exportação e embarque... tudo concorreu para que tenhamos hoje uma colónia algarvia dentro dos nossos muros e altíssimo valor na economia local. (...) As fábricas são umas pegadas nas outras! É a de Francisco Beatriz, a de Manoel Afonso, a de José Peix, a do Mundet – esta de aglomerados, com centenas de operários, um verdadeiro colosso! – a de Pablo&Tavares (preparação de rolhas, quadros, batoques, etc.), e uma infinidade de outras menos importantes mas que, no conjunto, representam uma das nossas maiores riquezas!”⁵⁴

Hoje, como memória da vigorosa actividade fabril, restam um punhado de chaminés (e o depósito de água da *Mundet*) que a intensa exploração imobiliária consentiu perpetuar. Nas mais nobres praças dos recentes aglomerados urbanísticos assumem lugar de destaque chaminés de antigas fábricas que ali se localizaram, de modo a salvaguardar o que resta do património industrial local e a fim de dar a conhecer aos novos residentes a identidade de uma terra e um povo que viu no trabalho a sua forma de viver.⁵⁵

3. As condições de trabalho

Contudo, envolvidos em toda esta evolução industrial e demográfica, estavam contidos aspectos menos positivos. Leia-se o seguinte: “Com base nos dados do Recenseamento Industrial de 1972, poder-se-á dizer que o tecido industrial do Concelho de Montijo assenta, essencialmente, em unidades baseadas em trabalho intensivo, com baixos níveis de remunerações, com reduzida utilização de capital fixo, com uma produtividade de

⁵³ Consultar o registo fotográfico do empreendimento fabril *Mundet*: Anexo X, pág. 82.

⁵⁴ VALENTE;1942:45.

⁵⁵ Consultar localização e apontamento fotográfico das “chaminés urbanas”: Anexo XI, pág. 83.

trabalho baixa e um elevado grau de dependência em relação ao mercado.”⁵⁶ Esta citação vem dar a conhecer uma realidade que até agora não tinha sido aqui abordada. Não obstante o grande número de fábricas e chacinarias existentes (quer em Afonsoeiro, quer por todo o Concelho) fossem elas grandes empresas ou pequenas oficinas particulares, o nível da maquinaria estaria muito aquém do desejado. O trabalho continuava a ser muito pesado e manual, e os operários extremamente mal pagos pelos seus serviços. As condições de higiene também deixavam muito a desejar, contribuindo para a proliferação de certas maleitas e infecções. Tome-se como exemplo a existência de vários “portos de lama”⁵⁷, cais assim designados por receber todo o lixo e imundície que proviesse da Capital. Segundo os nossos informantes, os respectivos detritos eram primeiro despejados perto das traseiras da fábrica *Robinson* e depois transportados para os campos agrícolas em galeras e, mais tarde, em camionetas, a fim de adubar as terras. Havia ainda crianças e adultos que, por imposição, desemprego ou pura miséria, “andavam na gandaia”: expressão utilizada para caracterizar os indivíduos que, com paus e ancinhos, esgravatavam o lixo à procura de dinheiro, ouro, ou outros bens que pudessem aproveitar ou vender. Quando o vento estava de feição, o odor nauseabundo que surgia do lado da maré era insuportável e sufocante. Pelas palavras de Francelina Pereira de Jesus, era ainda pior que o das malhadas ou do pó da cortiça, a que os moradores do bairro acabaram por se habituar.

“As pessoas iam ao porto da lama buscar pão e outro comer para dar aos porcos das courelas. Quando agente comprava carne desses porcos no talho, conhecia-se logo a fazer a sopa. Ficava espuma ao de cima da panela e a sopa sabia muito mal. Dizia-se logo ‘isto é porco do porto da lama!’ Mas muitas vezes, como tínhamos fome, comíamos na mesma.”

Francelina Pereira de Jesus, 12-08-2010.

4. A Vida em Comunidade

No que concerne à vida em comunidade, a população da Freguesia de Afonsoeiro (bem como de quase todo o Concelho de Montijo), é constituída por indivíduos alheios à localidade. Vieram, na altura da industrialização, de quase todo o país – do Norte, das Beiras, do Alentejo e do Algarve⁵⁸. Com o tempo, os diferentes hábitos culturais iam-se

⁵⁶ CMM;1990:48-49.

⁵⁷ Cf. DIAS;2001.

⁵⁸ Informação gentilmente concedida por Maria Rosa, ensaiadora do Grupo Típico de Danças e Cantares do Afonsoeiro a 12 de Dezembro de 2009.



Ilustração 7 - Carro Alentejano, viatura típica em Aldeia Galega no início do século XX. Fonte: [Baldrico;2002:182]

misturando, dando-se valor, sim, à honestidade e ao trabalho. Tal como Álvaro Valente escreveu, “cá não há mandriões, tudo trabalha, uns na terra, outros no mar; e se aparecem, são escorraçados, chamam-lhes mantanas. Não podem demorar-se muito tempo por aqui, pois ninguém os aceita nem ninguém os agasalha. Trabalham os ganilhos [crianças e jovens que auferiam rendimentos muito reduzidos], trabalham os homens, trabalham as mulheres.”⁵⁹

No início dos anos 50, poucas casas existiam em Afonsoeiro. Pelas informações obtidas através do executivo da Junta de Freguesia, o que aconteceu pelos diferentes bairros pode comparar-se a um género de colonização espontânea do território, não organizada nem previamente estabelecida. As habitações foram crescendo como cogumelos em volta das fábricas, sendo na sua maior parte de carácter totalmente clandestino e

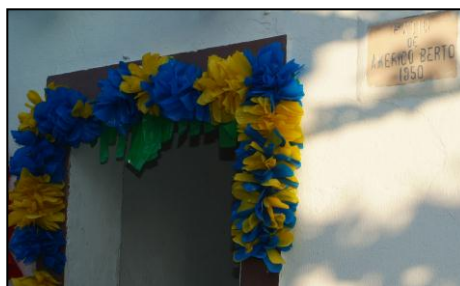


Ilustração 6 - Pátio na Rua de Angola (Afonsoeiro) com a seguinte placa de identificação: "Pátio Américo Berto, 1950". Crédito fotográfico: JFA.

através da construção de pátios: “eles [os pátios] localizavam-se, fundamentalmente, nas áreas de habitação operária (...) principalmente na cidade e, na sua área periférica, ao longo do eixo rodoviário que se prolonga para Setúbal/Barreiro (bairros do Alto das Vinhas Grandes, Bela Vista, Afonsoeiro e Areias⁶⁰).”⁶¹ Segundo Rosário Salema de Carvalho, no estudo Património Artístico-Cultural do Montijo I, a origem dos pátios remonta a finais do século XIX, tendo-se desenvolvido significativamente na década de 40 do século XX (época em que se registou um elevado índice de êxodo rural). Entende-se, portanto, por pátio, um conjunto de várias habitações organizadas em torno de um saguão orientado para a rua, que poderia ter, ou não, porta. Habitualmente arrendadas, estas casas dispunham de apenas duas divisões, apresentando grandes carências ao nível das instalações sanitárias e rede de esgotos e águas. Conforme a investigadora, “estudos recentes revelam que grande

⁵⁹ VALENTE;1942:55.

⁶⁰ Consultar planta de bairros de génese clandestina no Concelho de Montijo (1988): Anexo XII, pág. 84.

⁶¹ CMM;1990:25.

parte dos habitantes destes aglomerados são ainda pessoas idosas, uma vez que aí moram há bastante tempo, e cuja fixação parece ter obedecido a uma lógica familiar anterior.”⁶²

Nessa altura (década de 50) não existiam cafés, escolas, nem lojas em nenhum dos bairros da actual Freguesia; apenas duas tabernas (uma no Afonsoeiro, na actual Rua Ilha de S. Tomé, e outra na Bela Vista, na Rua Afonso de Albuquerque, que veio a ser propriedade de Antero Lopes de Oliveira, cônjuge de Francelina Pereira de Jesus). É de salientar a importância das tabernas no seio das comunidades operárias na medida em que, para além de manter ao dispor dos clientes alguns dos bens essenciais, constituíam uma das poucas distrações da população (dos homens, essencialmente)⁶³. Ao final do dia, quando tocavam as sirenes das fábricas, as ruas enchiam-se de gente que regressava a casa após longas horas de trabalho. Era hábito os homens frequentarem as tabernas como forma de socializar e descontraír, enquanto as mulheres apenas paravam para comprar uma reduzida quantidade de “pastéis de pescada para comer ao jantar a seguir à sopa,”⁶⁴ seguindo para casa de imediato a fim de cuidar do lar e dos filhos. Muito penavam tais esposas, que depois de laborar arduamente de sol a sol nas terras, nas fábricas (ou ambas), ainda as esperava a lida da casa e a educação da sua prole, muitas vezes sob condições que muito deixavam a desejar – nada diferente do que acontecia por todo o país, e mesmo um pouco por todo o mundo. Em tom honorífico, segue-se uma breve citação da autoria de Álvaro Valente: “E olhem que estas mulheres trabalham tanto como os homens, e muitas vezes são elas que valem às necessidades do casal. Trabalham nos campos, cavam, dão serventia nas sementeiras, sacham batatas, milho e feijões, enxofram e vindimam; trabalham nas ‘chacinas’ aos milhares e nas fábricas de cortiça às centenas. É por isso que entre nós, felizmente, não existe aquilo a que se chama necessidade, ou fome!”⁶⁵

Fábricas imensas rodeadas por casas térreas, estradas de terra batida e candeeiros a petróleo, crianças a armar aos pássaros e a correr atrás de bolas de trapo, animais que andavam livremente pelas ruas, sirenes de barcos que aportavam noite e dia, gente que

⁶² CARVALHO,2009:154.

⁶³ Ver localização e registo fotográfico da antiga taberna situada no bairro da Bela Vista: Anexo XIII, pág. 85.

⁶⁴ Expressão utilizada por Francelina Pereira de Jesus, a 12-08-2010.

⁶⁵ VALENTE;1942:55.

deixou a sua terra em busca de sustento para a família, o fumo e o odor nauseabundo de um trabalho pouco reconhecido: era isto o Afonsoeiro em meados do século XX.

Segundo Humberto Lopes, do ponto de vista da instalação de comércio e serviços, a evolução terá ocorrido durante o Estado Novo e, principalmente, nos bairros da Bela Vista e do Afonsoeiro. Desde sempre estes têm sido os mais povoados e desenvolvidos da Freguesia, em termos de equipamentos colectivos e acessibilidade. A primeira colectividade, denominada “Progresso Afonsoeirense”, extinta há cerca de dois anos, foi criada em 1952. Tinha como objectivo principal o entretenimento dos seus associados através de bailes e festas de convívio. Assumiu, mais tarde, a promoção de actividades de desporto, lazer e cultura, instaurando até uma biblioteca onde os associados poderiam passar o tempo livre.⁶⁶

5. Desenvolvimento urbano

Todavia, com base no testemunho do Sr. Presidente da Junta de Freguesia já existia luz eléctrica e meia dúzia de mercearias quando foi inaugurada a escola primária (abrangida pelo Plano dos Centenários)⁶⁷. Na mesma década foram também construídos os primeiros apartamentos, situados na Rua Álvares Cabral (bairro da Bela Vista).⁶⁸ Legalizados, os antigos bairros clandestinos florescem renovados e com nova vizinhança. Após o 25 de Abril, são construídas as primeiras habitações a fim de albergar as inúmeras famílias que regressavam das ex-colónias – o terreno das courelas dos operários da *Sopac* deu lugar aos chamados “prédios brancos”, sitos na Rua das Descobertas (bairro da Bela Vista).⁶⁹ Esta urbanização de rendas a preços controlados foi construída em 1983 pelo Fundo de Fomento à Habitação, passando posteriormente para o IGAPHE e, entretanto, para a posse da Câmara Municipal de Montijo. Também neste bairro foram edificadas, pela mesma data, os lotes pertencentes aos “prédios amarelos” localizados na Praça da Paz.⁷⁰

⁶⁶ Cf. *Terras de Afonso Soeiro* edição de Janeiro de 1999, pp. 5.

⁶⁷ Ver localização e imagem da escola primária: Anexo XVI, pág. 86.

⁶⁸ Consultar localização e imagem da Rua Álvares Cabral: Anexo XV, pág. 87.

⁶⁹ Ver localização e imagem da Rua das Descobertas: Anexo XV, pág. 87.

⁷⁰ Ver localização e imagem da Praça da Paz: Anexo 15, pág. 87.

Esta urbanização, sob a jurisdição da construtora Amadeu Gaudêncio, não obstante tratar-se de um projecto inovador pela sua arquitectura, seria comercializada a baixo custo. Com a falência da empresa, os apartamentos acabaram por ser avaliados pela Caixa Geral de Depósitos em quantias bem mais elevadas, o que ultrapassou em alguns casos os rendimentos do agregado familiar. Esta situação deixou dezenas de famílias em risco de desalojamento, o que gerou desacatos e conflitos por toda a Freguesia e nos meios de comunicação social.⁷¹

Entretanto, no que respeita à actividade industrial da localidade, houve uma quebra significativa, quer ao nível da cortiça, quer do abate e transformação de suínos. Esta situação deveu-se, sobretudo, ao Regulamento de Matadouros (Decreto-Lei n.º304/84) e aos conflitos do pós-25 de Abril, em que os operários sanearam muitas das fábricas existentes. A partir desse momento, tem-se assistido a uma constante redução do número de empresas locais e a um consequente aumento do sector terciário.⁷²

Contudo, a democracia trouxe consigo a fundação de associações e colectividades ainda activas nos nossos dias – fala-se do Estrela Futebol Clube, da Associação Recreativa e Desportiva “Bons Amigos”, do Grupo de Cicloturismo, do Centro Social de S. Pedro e do Grupo Típico de Danças e Cantares do Afonsoeiro – instituições que serão abordadas no decorrer do trabalho de projecto.

1987 foi o ano da inauguração da nova Igreja⁷³ cujo orago é N.ª Sr.ª da Conceição, padroeira da Freguesia e, pela mesma data (ano lectivo de 1987/1988) deu-se a abertura da Escola Secundária Poeta Joaquim Serra, a n.º 2 do Concelho (na Avenida Zeca Afonso, Bela Vista).⁷⁴ Conotada negativamente devido à sua localização na periferia da Cidade e junto de bairros de cariz social tem sofrido, ao longo dos anos, obras de expansão e alargamento, bem como a construção de um pavilhão gimnodesportivo. A referida escola trouxe consigo uma nova dinâmica à Freguesia, constituindo um dos maiores factores de movimento e rejuvenescimento populacional e do comércio local. A Junta de Freguesia de Afonsoeiro, recém-criada (1989), alterou também a sua sede, passando a situar-se a partir

⁷¹ Informações recolhidas junto da Divisão de Habitação da Câmara Municipal de Montijo (23-08-2010).

⁷² Cf. CMM:1990.

⁷³ Consultar situação geográfica da Igreja: Anexo XVI, pág. 88.

⁷⁴ Consultar localização e imagem da Escola Secundária Poeta Joaquim Serra: Anexo XIV, pág. 86.

de 1999 na Rua Ilha do Príncipe (no coração do bairro de Afonsoeiro).⁷⁵ O novo edifício, de arquitectura moderna, possui 3 pisos: o primeiro albergava até há poucos anos a sede da associação “Progresso Afonsoeirense”. Agora ao serviço da Junta, o espaço destina-se a receber iniciativas de cariz cultural. É no segundo piso que funcionam o Executivo e a Assembleia da Junta de Freguesia de Afonsoeiro, estando o terceiro e último ocupado pelo Pólo da Biblioteca Municipal. Na mesma altura foi ainda erguido o edifício do mercado, que infelizmente acabou por ser encerrado devido à falta de clientes e comerciantes que alugassem as bancadas do estabelecimento. Agora encerrado, é facultado pontualmente pela Câmara Municipal de Montijo às associações locais a fim de realizar eventos de carácter sócio-cultural.

6. Património Edificado

Exceptuando as construções ligadas às antigas Quintas, o património industrial e as memórias dos antepassados que ali viveram, a Freguesia de Afonsoeiro possui ainda, tal como descreve Paulo Almeida Fernandes, “um outro tipo de património, menos imediato que as igrejas e as ermidas, menos estruturante que as ruas ou as casas de figuras ilustres, menos valorizável pela sua relativa simplicidade, mas decididamente importante para a história local e, até, nacional”.⁷⁶ São os moinhos, um de maré e outro de vento, situados nas margens assoreadas do esteiro que vai dar a Sarilhos Grandes e numa pequena elevação perto da antiga Quinta do “Ramada Curta”, respectivamente. Em relação ao primeiro engenho, de quatro mós, denominado “*Moinho de Maré da Mundet*”, “*das Assentas*”, “*da Quinta Velha*” ou ainda “*das Nascentes*”, supõe-se ser um dos mais antigos na Vila.⁷⁷ Segundo Mário Balseiro Dias, no estudo Economia Marítima de Aldeia Galega do Ribatejo,⁷⁸ aquando da visita dos freires da Ordem Militar de Santiago em 1565, já não foi possível apresentar o título de propriedade. Conforme o mesmo autor, durante a II Guerra Mundial o moinho terá funcionado intensamente, na medida em que a escassez de gasóleo nas moagens

⁷⁵ Ver situação geográfica e fotografia do edifício da Junta de Freguesia de Afonsoeiro e do Pólo da Biblioteca: Anexo XVII, pág. 89.

⁷⁶ CARVALHO;2009:178.

⁷⁷ Optou-se, neste documento, utilizar a designação “Moinho de Maré das Assentas” por ser o mais utilizado na gíria popular.

⁷⁸ Cf. DIAS;2001:112.

mecânicas assim o obrigava.⁷⁹ Actualmente em completa ruína, devido à erosão fluvial e à vegetação circundante, caiu no esquecimento. No que respeita ao moinho de vento, apenas se sabe que foi construído no ano de 1855, data inscrita no lintel da porta, não havendo memória de o ver a funcionar para lá de 1950.⁸⁰

“Ouvi dizer, desde sempre, que o Moinho de Vento tinha pertencido a um padre que embarcou para o Brasil e nunca mais se soube dele. (...) Ainda me recorde de pessoas que nasceram e viveram ali... Apesar das contínuas ocupações, continua a ser propriedade privada que muitos já reivindicaram como sua, mas sem apresentar qualquer documento.”

Humberto Lopes, 18-08-2010.

7. Século XXI

Já em pleno século XXI, são várias as construções que têm encaminhado o progresso no sentido de Afonsoeiro: desde as grandes superfícies comerciais (E.Leclerc, Pingo Doce e Fórum Montijo - Continente), os equipamentos ligados à saúde (novas instalações da Farmácia Borges da Cruz e construção do Centro de Saúde),⁸¹ ao desporto (campo de futebol e polidesportivo)⁸² e à educação (construção da EB1/JI do Afonsoeiro e das novas instalações da Escola Profissional de Montijo).⁸³ Faça-se ainda referência ao Canil Municipal (perto da Freguesia de Atalaia) e ao novo edifício do Arquivo Municipal, construído na Zona Industrial do Pau queimado. Por fim, ao nível da habitação, o Alto das Vinhas Grandes constitui hoje uma das zonas nobres de todo o Concelho, local de eleição para quem deseja sair do centro da Cidade ou ambiciona trocar a Capital por uma localidade menos tumultuosa. Segundo dados recolhidos pela análise do Plano Director Municipal de Montijo (PDMM), Afonsoeiro é a freguesia com maior dinâmica construtiva, tendo o maior preenchimento do espaço urbano (35,3ha), localizando-se sobretudo nas



Ilustração 8 - Arquivo Municipal, 2007. Fonte: Junta de Freguesia de Afonsoeiro.

⁷⁹ Depoimento recolhido por Mário Balseiro Dias junto de Augusto Zacarias, antigo moleiro do Moinho de Maré das Assentas.

⁸⁰ Ver situação geográfica e levantamento fotográfico do Moinho de Maré das Assentas e do Moinho de Vento do Afonsoeiro: Anexo XVIII, pág. 90.

⁸¹ Consultar localização da farmácia e do Centro de Saúde: Anexo XIX pág. 91.

⁸² Consultar localização do polidesportivo e do campo de futebol: Anexo XX pág. 92.

⁸³ Ver localização e registo fotográfico da EB1/JI de Afonsoeiro e da Escola Profissional de Montijo: Anexo XIV, pág. 86.

áreas próximas dos novos nós de acessibilidade viária.⁸⁴ Considerando o perímetro total do espaço industrial (existente e proposto), verifica-se que a área total já ocupada (251,09ha) perfaz 44% do total, sendo consequentemente também a Freguesia com maior área classificada em espaço industrial.⁸⁵

A inauguração da Ponte Vasco da Gama em 1998, que veio ligar a zona norte de Lisboa a Montijo (com entrada pela Freguesia de Afonsoeiro), e a conclusão de importantes eixos rodoviários, colocaram-no no centro do principal corredor rodoviário nacional, permitindo um acesso facilitado às principais cidades do país, às principais infra-estruturas portuárias, aeroportuárias, e a Espanha. O seu posicionamento estratégico sai assim reforçado e tem-se mostrado determinante na captação de novos investimentos, muitos deles de grande dimensão, dando lugar a uma reconfiguração do tecido empresarial

local, cada vez mais ligado a actividades comerciais e de serviços, e com um peso decrescente do sector primário.



Ilustração 9 - Portas da Cidade (escultura da autoria de Nuno Teotónio Pereira e Irene Buarque): rotunda de boas-vindas para quem chega ao Montijo pela auto-estrada.
Crédito fotográfico: Carlos Rosa, CMM.



Ilustração 9 - Fórum Montijo. Fonte: Câmara Municipal de Montijo.

A juntar à construção da nova ponte, a inauguração, a 8 de Abril de 2003, do espaço comercial Fórum Montijo, veio proporcionar à Cidade, mas principalmente à Freguesia de Afonsoeiro, a oportunidade de uma evolução nunca antes experimentada, quer a nível urbanístico, quer demográfico, devido à crescente oferta de bens e serviços que este empreendimento comercial oferece. Exemplo disso foi o *boom* populacional que aconteceu na Freguesia, que passou dos 3536 habitantes em 2001 (conforme os Censos de 2001) para cerca de 11mil em 2010 (valor estimativo baseado em informação obtida na Junta de Freguesia). Cabe agora às entidades competentes e aos próprios fregueses promover o respectivo desenvolvimento cultural.

⁸⁴ Consultar nós de acessibilidade: Anexo XXI, pág. 93.

⁸⁵ Cf. Plano Director Municipal (disponível no site da Câmara Municipal de Montijo: <http://www.mun-montijo.pt/pt/conteudos/camara+municipal/Plano+Director+Municipal/>, último acesso a 10 de Setembro de 2010).

A evolução e estrutura da população são resultado dos movimentos naturais e dos movimentos migratórios⁸⁶. Em relação aos movimentos naturais, existe a tendência para a sobreposição dos valores das taxas de mortalidade, reflectindo-se um saldo fisiológico negativo – situação que revela bem a importância assumida pela migração no crescimento demográfico do Concelho. Embora não descurando da importância dos dados estatísticos, existem, de facto, informações que só se desvendam quando se conversa com as pessoas e conhece aprofundadamente o local. À preocupação da existência de uma análise quantitativa, associou-se igualmente, neste trabalho de pesquisa, a presença de uma análise qualitativa do território e da população que nele se encontra, tendo em vista uma abordagem mais realista e transparente do tema.

8. Uma Freguesia com Cinco Bairros⁸⁷

O conceito de “bairro”, popular por natureza, é-nos definido por Teixeira e Machado⁸⁸ enquanto recorte territorial que nos reporta aos laços primários de vizinhança, dimensão cada vez mais esbatida nas grandes cidades. Segundo as autoras, é como uma porção de território que reúne pessoas que usam os mesmos equipamentos, que mantêm relações de vizinhança e cujos limites são reconhecidos pelos mesmos nomes. Já António Custódio Gonçalves resume “bairro” a uma zona residencial de população heterogénea através da proximidade espacial quotidiana.⁸⁹ Segundo o geógrafo, para uns, o bairro é vivido como algo próximo, no interior do qual se organizam a identidade e a segurança e se situam todas as relações; para outros, pelo contrário, o bairro constitui o lugar de residência e, cada vez menos, de relações intensas.

Os cinco bairros distinguidos desde o início do texto, juntamente com a chamada Zona Industrial do Pau Queimado (claramente menos focada por não se tratar de uma área residencial e cuja indústria se encontra, como foi anteriormente explicitado, em franca recessão) dependem administrativamente da Junta de Freguesia de Afonsoeiro, que as

⁸⁶ Dados obtidos através do site da Câmara Municipal de Montijo (www.mun-montijo.pt, último acesso a 03-09-2010).

⁸⁷ Ver apontamento fotográfico de cada bairro: Anexo XXII, pág. 94.

⁸⁸ Cf. TEIXEIRA;1986:66.

⁸⁹ Cf. GONÇALVES;1988:17.

congrega. Na presente pesquisa, a noção de bairro adoptada consiste, em termos gerais, numa subdivisão geográfica da Freguesia, que pode ser verificada através do Anexo 3, página III.

A Freguesia de Afonsoeiro, mesmo com toda a sua evolução urbanística e demográfica, possui ainda grandes traços que denunciam uma anterior povoação clandestina, marcada por construções térreas de reduzidas dimensões e pátios.⁹⁰

Presentemente, a caracterização dos diferentes bairros que constituem a Freguesia é bem diferente do que seria há 50 anos. Conforme o testemunho de Humberto Lopes, actual Presidente da Junta de Freguesia, o Afonsoeiro será obviamente o bairro mais antigo, uma vez que engloba o maior número de pátios e casas térreas, sem espaço para se poder expandir. Aqui residem ainda trabalhadores fabris ou descendentes deles, habitantes que vivem e trabalham em Montijo, pertencentes a um estrato social médio/baixo. Na mesma condição se encontram os bairros do Charqueirão e 1.º de Maio que, embora de origem clandestina, são mais recentes, e representam apenas uma pequena percentagem do total da população. O bairro da Bela Vista, embora também seja constituído por pátios e pequenas habitações (que têm vindo cada vez mais dar lugar a 1.ºs e 2.ºs andares), possui maior área que os anteriores, mais serviços, dois pequenos centros comerciais e 4 urbanizações em altura, as primeiras a serem erigidas na Freguesia, metade delas conotadas como habitação social. Estes habitantes, que conferem à localidade um carácter multicultural, laboram e fazem as suas compras no Concelho, sendo o desporto a actividade de tempos livres mais praticada, principalmente entre os jovens. O Alto das Vinhas Grandes representa uma evolução díspar; Conquanto ter sido outrora denominado “Bairro Sem Justiça” (e basta o facto de ter sido também ele clandestino durante décadas e possuir apenas dois ou três arruamentos deveras estreitos para compreender o agressivo apelido), expandiu-se e tem-se revelado, como atrás se mencionou, a nova área residencial da Cidade por excelência. Estas novas urbanizações caracterizam-se por uma arquitectura moderna e colorida, de linhas rectas e simples, com varandas compridas e entradas espaçosas. São construções reduzidas em altura, que usufruem de espaços verdes, praças, parques infantis e largos arruamentos. Os seus habitantes trabalham, fazem as suas compras e consomem a cultura da Capital; são pessoas para quem Montijo nada mais é que

⁹⁰ Consultar mapa de pátios existentes em 1987 nos bairros que hoje compõem a Freguesia de Afonsoeiro: Anexo XXIII, pág. 95.

uma cidade dormitório, que muito pouco de desafiante e atractivo possui para lhes oferecer. Foi uma agradável surpresa perceber, através do contacto com o Executivo da Junta, que existem moradores a ponderar associar-se e fundar grupos desportivos, bem como a procurar colectividades que proporcionem actividades de tempos livres para si e para os seus filhos (nomeadamente na área da música, do teatro e do desporto).⁹¹ Actualmente, é notória a tentativa por parte dos novos residentes em criar raízes na localidade onde residem e participar mais activamente no quotidiano e na política locais. Este novo fôlego vem estimular e encorajar a criação de novos projectos culturais, que visem atender à procura efectuada pela população e conferir uma maior qualidade de vida.

Estas duas realidades, de moradores antigos e recém-chegados, coexistem. Todavia, (ainda) não interagem como seria de desejar. Cabe à Câmara Municipal, à Junta de Freguesia e às associações locais existentes atrair a comunidade e criar condições para que as pessoas se fixem e comecem a conviver – vejamos se o Plano Director Municipal e o Plano Estratégico de Montijo prevêem algum destes casos.

“Vim para o Montijo há 2 anos. Trabalho em Lisboa, onde pertenci toda a minha vida. Até os meus filhos passam a ponte todos os dias para ir para o colégio. Infelizmente, cá também não há muitas alternativas.”

Isabel Carvalho, 40 anos, advogada.
Informação recolhida a 27-08-2010.

“Estou cá há pouco tempo mas já temos um grupo que gosta de jogar futebol. Por vezes utilizamos o pavilhão da escola secundária, que tem todas as condições. Em relação à minha filha, que tem 8 anos, quer que a inscreva nas aulas de teatro que vão abrir agora no edifício da Junta de Freguesia.”

Nuno Santos, 31 anos, engenheiro informático.
Informação recolhida a 20-08-2010.

9. Planos de Ordenamento do Território

Relativamente ao Concelho de Montijo, existem dois programas de ordenamento do território a analisar na tentativa de compreender as prioridades tidas em conta aquando da planificação das construções e delimitação dos espaços: são eles o Plano Director Municipal de Montijo (PDMM), e o Plano Estratégico de Montijo (PEM).⁹² Ambos constituem instrumentos de fomento do desenvolvimento económico e bem-estar das

⁹¹ Informações obtidas na Junta de Freguesia de Afonsoeiro na pessoa do Sr. Presidente, Humberto Lopes (recolha realizada a 24-08-2010).

⁹² Estes documentos podem ser consultados online através do site da Câmara Municipal de Montijo (www.mun-montijo.pt, último acesso a 15-09-2010).

famílias e empresas montijenses, e pretendem promover uma oferta de espaços, redes de serviços e equipamentos que tornem o Montijo num concelho atractivo e competitivo a nível regional, nacional e internacional, gerando o aumento da qualidade de vida.

Segundo o PDMM, que se encontra actualmente em fase de revisão, o principal objectivo no âmbito da cultura reside em “responder às necessidades e aos desejos dos munícipes nos quais se inscrevem naturalmente os sonhos que envolvem a afirmação da vida e a construção do futuro, alicerçados numa identidade cultural”⁹³ bem como acentuar e valorizar o centro cívico de cada uma das freguesias. Foi prevista uma maior disponibilização do solo destinada a funções sociais, a fim de criar uma base de confiança, de responsabilização, de descentralização, simplificação e direito, fundamentados na razão, no conhecimento e no respeito pelas tradições culturais da população de Montijo.

Já em relação ao PEM (2000), o executivo camarário propõe construir, no âmbito directo da cultura, serviços e equipamentos colectivos – “infra-estruturas de carácter regional e sub-regional, assim como elevar a Cidade como referência cultural, num grau supra-municipal,”⁹⁴ e dar um maior apoio à população ao nível dos serviços básicos, reforçando para isso a rede de equipamentos disponíveis. Indirectamente, o PEM prevê reforçar as estruturas de planeamento da Cidade, e melhorar as acessibilidades a Lisboa, aos concelhos vizinhos e optimizar as condições de circulação no interior da cidade, promovendo e implementando instrumentos de planeamento urbano e, principalmente, a Agenda 21 Local.⁹⁵ Ainda em vista, fica a vontade de mobilizar os actores locais e regionais na implementação conjunta de projectos de carácter cultural e desportivo.

Estamos em 2010. Embora se denote que em ambos os Planos se confira especial relevância às actividades e desenvolvimento de ordem económica, tem havido, de facto, alguma preocupação teórica a nível cultural, ambicionando incrementar raízes e identidades culturais, tal como gerar uma maior participação por parte da população no quotidiano social e político do território, abordando nos documentos supracitados a necessidade de

⁹³ Plano Director Municipal de Montijo, página 343.

⁹⁴ Citação retirada do Ponto 1. do Plano Estratégico do Montijo, e que representa a política praticada pela Câmara Municipal: <http://www.mun-montijo.pt/pt/conteudos/camara+municipal/projectos/plano-estrategico+montijo> (último acesso a 12-03-2011).

⁹⁵ A Agenda 21 Local está disponível online através do site <http://www.agenda21local.info/> (último acesso a 06-08-2010).

fomentar o trabalho sinérgico e em rede. Porém, na prática, não se observam medidas concretas que espelhem claramente uma política cultural cuidada e consciente. Embora com algum apoio logístico da Câmara Municipal, as iniciativas de ordem cultural, desportiva e recreativa são, na sua maioria, promovidas pelas associações populares locais, não só em Afonsoeiro mas também por todo o Concelho constituindo, enquanto expoente máximo da manifestação cultural e identitária, as anuais festas populares da Freguesia.

10. Festas e Religiosidade

Salientar a realização de festas populares locais é de fulcral importância para quem pretenda compreender a essência de um lugar. Embora se encaixe numa matriz que se repete por Portugal inteiro nos meses mais quentes do ano, estes três ou quatro dias de festa são sentidos e concebidos de forma singular por cada comunidade que os promove, revelando muitas vezes não só a cultura de um povo, mas também ideologias sociais e políticas.

Por isso se destacam as Festas Populares de Afonsoeiro, comumente realizadas no penúltimo fim-de-semana de Agosto (que coincide propositadamente com o dia da Freguesia, a 24 do referido mês), cujo ponto alto consiste precisamente na procissão em honra de N.^a Sr.^a da Conceição e São José Operário. Conquanto não tenha sido possível apurar a data das primeiras manifestações festivas por parte dos moradores da actual Freguesia⁹⁶, sabe-se que o formato presentemente conhecido remonta a 1994, com a formação de uma Associação de Festas encarregue da programação das mesmas e após anos de interrupção dos festejos.⁹⁷ Tal como a maioria das feiras e romarias de todo o país, são parte integrante os tradicionais comes-e-bebes, as largadas de toiros, os inúmeros “bailaricos” e outros espectáculos musicais e desportivos. Por sua vez foi, até 2008, característica singular na zona Oeste do Concelho a decoração das ruas e becos levada a cabo por grupos de homens e mulheres que durante todo o ano preparavam a matéria-

⁹⁶ Conquanto haja memória da realização de festas em 1980 (informação concedida por elementos do Grupo Típico de Danças e Cantares do Afonsoeiro a 12/08/2010).

⁹⁷ Cf. *Programa das Festas Populares de Afonsoeiro* 1994.



Ilustração 11 – *Rua da Guiné (Afonsoeiro, perto da JFA) por ocasião da procissão.* Crédito fotográfico: Ana Lopes, 2009.

prima entregue pela Junta de Freguesia e que iria, posteriormente, embelezar as celebrações.⁹⁸

Há que evidenciar ainda a não realização das referidas festas no ano transacto. Segundo informações obtidas através da Junta de Freguesia, embora sem grandes pormenores, o motivo terá residido

no desacordo entre o executivo da Junta e a Câmara Municipal relativamente à verba disponível para a programação da iniciativa, bem como na ausência de voluntários para integrar a Associação de Festas e dinamizar os festejos. Contudo, foram mantidas determinadas manifestações socioculturais tais como o Festival de Folclore, organizado pelo Grupo Típico de Danças e Cantares de Afonsoeiro, a 5.ª Clássica de Cicloturismo de Afonsoeiro (pelo Grupo de Cicloturismo) e a Procissão, preparada pela comunidade católica. Estas intervenções, apoiadas principalmente pela Junta de Freguesia e pelas Associações que as receberam, pretenderam não deixar desvanecer os eventos que, ano após ano, têm vindo a ganhar força junto da comunidade.

Infelizmente, o passar do tempo e as dificuldades do quotidiano levam consigo algumas tradições, tornando-se urgente não permitir que desapareçam. Há que tentar promovê-las e incrementá-las, adaptando-as às novas necessidades que vão surgindo no dia-a-dia (assunto que será abordado mais afrente).

11. Movimento Associativo

O Homem, por si só, não é auto-suficiente. Portanto, como ser social que é, sempre teve necessidade de se associar.

Sob esta perspectiva, existem actualmente na Freguesia de Afonsoeiro uma mão cheia de associações em actividade: três de carácter desportivo, uma na área da acção social e outra no âmbito da cultura.⁹⁹

⁹⁸ Sabe-se, através do *Programa das Festas Populares de Afonsoeiro 1999*, que o alindamento das ruas foi o recuperar de uma antiga tradição popular afonsoeirense. Consultar apontamento fotográfico das ruas engalanadas por ocasião das Festas Populares de Afonsoeiro (2007) no Anexo XXV, pág. 96.

Associação Recreativa e Desportiva “Bons Amigos”

- Nasce da coligação entre duas outras associações: o Sporting Clube do Alto das Vinhas Grandes (que remonta a 1958) e os Bons Amigos (1975). A sua primeira actividade federada foi o ténis de mesa tendo sido, durante alguns anos, a imagem de marca da associação. Actualmente, na sede dos “Bons Amigos” pode praticar-se, para além da modalidade já referida, karaté, tiro de ar comprimido e ginástica.

Estrela Futebol Clube Afonsoeirense

- Fundado no ano de 1974, é uma das mais antigas colectividades da Freguesia ainda em funcionamento. As suas actividades constituem, essencialmente, o futebol (de 7 e de 11 elementos), mantendo ainda ao dispor dos sócios um espaço de ginásio dedicado à saúde e ao culto do corpo.

Grupo de Cicloturismo de Afonsoeiro

- Foi criado em 1995 a partir de um passeio promovido pela associação Estrela Futebol Clube e legalizado em Fevereiro de 2000. Encontra-se inserido na Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta, na qual os cerca de 25 ciclistas activos se encontram devidamente inscritos e assegurados. Embora sem sede oficial, o grupo dinamiza, para além da actividade que lhe deu o nome, eventos de convívio, futsal, B.T.T., passeios pedestres e outros circuitos.

Centro Social de São Pedro de Afonsoeiro

- Fundada em 1990, constitui uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) sem fins lucrativos e com estatuto de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública. De acordo com o seu regulamento, insere-se no âmbito da “prestação de serviços de apoio social à

⁹⁹ Consultar no Anexo XXVI, página 97, a localização geográfica das sedes das associações anteriormente mencionadas.

comunidade”. O seu público-alvo são os grupos sociais mais desfavorecidos, nomeadamente crianças, jovens, idosos e desempregados. No que respeita ao perímetro da Freguesia de Afonsoeiro, encontram-se em funcionamento (para além do edifício-sede) os seguintes serviços: centro de dia para a população idosa, centro de convívio para a juventude, centro de actividades de ocupação dos tempos livres (para crianças dos 6 aos 12 anos de idade), centro de acolhimento temporário para crianças e jovens até à maioridade e variados serviços de atendimento social, de apoio ao domicílio, de formação e de inserção na vida activa, abrangendo mais de 300 utentes diariamente.

Grupo Típico de Danças e Cantares de Afonsoeiro

- A ideia de formar um grupo de folclore surgiu após a organização de uma marcha popular infantil por ocasião das festas populares da localidade (em 1980). Com o passar do tempo, o que começou por ser uma brincadeira de ocupação dos tempos livres rapidamente se tornou numa comissão organizada e, dois anos mais tarde, na associação Grupo Típico de Danças e Cantares de Afonsoeiro, posteriormente inscrita na Federação do Folclore Português (no ano de 1993). Para além das habituais manifestações em palco, o trabalho deste grupo tem-se focado na recolha de antigos costumes e tradições da Freguesia, nomeadamente ao nível das práticas laborais, do vestuário, da música, do vocabulário, entre outros. Os trajes e danças representados pelo grupo datam desde finais do século XVIII até princípios do século XX, ilustrando o quotidiano dos trabalhadores rurais e dos pescadores nas horas de lazer. Presentemente promove ainda, com o apoio dos cerca de 110 sócios activos, actividades recreativas, festas temáticas e aulas de ginástica. Sem sede própria durante toda a sua existência inaugurou, em Setembro de 2009, uma nova casa: o Pólo Cultural de Afonsoeiro. Sob o desígnio de única associação exclusivamente cultural da localidade foram-lhe concedidos, pela Junta de Freguesia e pela Câmara Municipal, o privilégio e responsabilidade de dinamizar como seu o referido equipamento, tema do próximo capítulo do presente trabalho de projecto.

III. O PÓLO CULTURAL DE AFONSOEIRO

O Pólo Cultural de Afonsoeiro, anteriormente projectado para um lote demasiado próximo de uma escola (violando as directrizes impostas pelo PDMM), foi adaptado de modo a possibilitar a sua implantação numa nova localização definida pela Câmara Municipal do Montijo.

Este novo projecto, desenhado pelo arquitecto camarário Pedro Barata, foi construído num espaço pertencente à Autarquia. A obra levou cerca de 6 meses a ser concluída, e terá atingido um custo total de 398 mil euros, totalmente financiado pela Câmara Municipal. Inaugurado no dia 12 de Setembro de 2009, é gerido e explorado pela Associação Grupo Típico de Danças e Cantares de Afonsoeiro (de ora em diante designada pela sigla GTDCA) permanecendo a tutela do edifício sob a alçada da entidade que o mandou erigir.¹⁰⁰

1. Implantação

Os dois lotes de terreno localizam-se numa cedência para equipamento definida num loteamento urbano sito na Freguesia de Afonsoeiro. Segundo a respectiva Memória Descritiva, o espaço eleito seria maior do que o necessário para o edifício em causa, propondo-se assim a divisão do espaço de cedência em duas parcelas (uma com 854m² e outra com 850m²), destinando-se a primeira à construção do Pólo Cultural de Afonsoeiro – Sede do GTDCA – e ficando a segunda expectante (possivelmente para a construção de um polidesportivo).¹⁰¹

Conforme a Memória Descritiva do citado projecto arquitectónico, o volume edificado contemplado no projecto foi definido segundo dois parâmetros; um volume principal com dois pisos sensivelmente a meio do lote e a restante volumetria com um piso, minimizando o impacto da construção nos terrenos adjacentes. Assim, o edifício encosta a

¹⁰⁰ Informações obtidas junto do Departamento de Obras e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Montijo.

¹⁰¹ Segundo as palavras do Sr. Vereador do Pelouro das Obras e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Montijo, Eng.º Nuno Canta (testemunho recolhido a 5 de Junho de 2010).

Poente e a Sul ao arruamento existente, e fica a 2 metros da vedação com o arruamento proposto, permitindo afastá-lo a Norte do lote privado, criando ainda um espaço de usufruto exterior pertencente à Associação.¹⁰²

O edifício foi recuado em relação aos arruamentos, de forma a criar um passeio mais largo e um espaço de entrada desafogado e condigno. Ao longo do arruamento existe uma faixa destinada a estacionamento longitudinal e um alinhamento arbóreo ao longo do passeio, melhorando as qualidades urbanas de um espaço destinado a usufruto público. A entrada principal do edifício abre para o arruamento existente a Poente, estando previsto um arranjo em calçada mais amplo que serve como espaço de recepção.

2. Descrição Específica¹⁰³

O edifício subdivide-se funcionalmente em três actividades distintas, contudo complementares: Salão e espaços anexos, Café/Bar e Zona Administrativa.¹⁰⁴ O Salão (com 175,50m²) destina-se às actividades inseridas no âmbito do Rancho Folclórico, e pela sua dimensão e importância hierárquica encontra-se situado no piso térreo; o Café/Bar e a Zona Administrativa encontram-se no piso superior. O acesso principal ao edifício faz-se directamente do passeio para o Átrio (40,10m²), considerado como um espaço mais nobre de recepção de sócios e demais convidados, participantes e utilizadores. O Átrio é ainda o espaço *pivot* de circulação das várias funções existentes no edifício, articulando os dois pisos através de uma escada ou pelo elevador. O Salão tem acesso directo através do Átrio e foi dimensionado de modo a permitir, segundo as informações obtidas na Câmara Municipal do Montijo, as várias actividades inseridas no âmbito do Rancho Folclórico, nomeadamente espectáculos de dança, música, teatro, exposições, entre outros, embora se constate impossível a articulação da maioria dessas actividades com a rotina da associação em termos de espaço. Remetendo as avaliações críticas para os parágrafos que lhes são devidos, verifica-se que o extremo Norte do Salão tem uma porta que permite servir simultaneamente como entrada de participantes, directamente a partir dos balneários, ou

¹⁰² Consultar registo fotográfico do exterior do Pólo Cultural do Afonsoeiro no Anexo XXVI, página 98.

¹⁰³ A fim de compreender mais detalhadamente a divisão do edifício, consultar o respectivo levantamento arquitectónico (Anexo XXVII, pág. 100)

¹⁰⁴ Consultar registo fotográfico do interior do Pólo Cultural do Afonsoeiro no Anexo XXVIII, página 103.

como acesso aos bastidores para o corredor de serviço. O Átrio comunica com um pequeno *hall* localizado atrás das escadas, interligando-se com um corredor que contempla o acesso às instalações sanitárias e aos vestiários, e ainda aos espaços de arrumação para os trajes, instrumentos e demais elementos inseridos no desempenho da colectividade, bem como às zonas técnicas. O corredor de serviço culmina numa porta lateral que permite ainda ser utilizada como saída de emergência.

O acesso ao piso superior é feito através do Átrio de entrada por intermédio de uma ampla escada ou pelo elevador. O átrio de chegada ao piso superior recebe os utentes com uma parede/vitrine (27,20m²) onde se apresentam os troféus e demais espólio relevante para o historial da associação, organizando os acessos distintos às duas funções principais: o Café/Bar e a Zona Administrativa, concentrando ainda o fácil acesso às instalações sanitárias que servem este piso. O espaço Café/Bar (47,20m²) está compartimentado, permitindo ser possível a exploração por parte de uma entidade exterior à colectividade. Existem dois acessos diferenciados a este recinto – um acesso público, mais directo a partir do *hall* que conduz à zona das mesas e atendimento, e um acesso lateral, mais reservado, que leva ao espaço de arrecadações, copa, cozinha e ao balcão de atendimento ao público. A área destinada aos utentes do Café/Bar abre sobre a rua sob a forma de uma varanda/mini-esplanada exterior. A Zona Administrativa, destinada aos corpos de gerência e demais funções privadas do GTDCA, revela-se no *hall* através da já referida *vitrine* de troféus, onde se localiza a sala de reuniões, deixando transparecer deste biombo de historial o que nela se passa, espelhando um carácter aberto e dialogante com a comunidade. Os restantes gabinetes servem os diferentes corpos da associação, nomeadamente a Direcção, Tesouraria e Secretariado. Todos estes espaços foram organizados de modo a usufruir de iluminação natural, melhorando a qualidade de vida e o desempenho de utentes e colaboradores.

3. Sinalização e Acessibilidades

Relativamente à sua localização geográfica na Freguesia, o Pólo Cultural de Afonsoeiro encontra-se numa zona central e de excelência. Vizinho da Igreja de N.ª Sr.ª da Conceição e a poucos metros de distância de escolas e importantes nós de acesso à Cidade situa-se, simultaneamente, entre os bairros antigos e as zonas mais recentes da localidade.

No que concerne à sinalização inerente ao edifício, será mais conveniente abordar o tema do ponto de vista da falta de sinalização. De facto, e embora o pólo cultural em questão tenha sido construído e inaugurado recentemente, as placas de orientação no seu sentido são totalmente inexistentes. Apenas na fachada do edifício consta uma placa de identificação do equipamento deixando, ainda assim, muito a desejar.¹⁰⁵

Já em relação às acessibilidades, sob uma primeira perspectiva, nada há a apontar. As escadas de acesso ao 1.º piso do equipamento são amplas, e existe ainda a alternativa do elevador, para quem não as consiga subir. As casas de banho e demais divisões do espaço encontram-se devidamente assinaladas e iluminadas, e o balcão do Café/Bar situa-se a um nível relativamente baixo, garantindo o fácil acesso por parte dos utilizadores. Uma vez que se localiza numa zona residencial, chegar ao Pólo Cultural de Afonsoeiro é bastante simples: viajando no autocarro que faz a ligação Montijo (centro) – Fórum, por exemplo, transporte existente de 20 em 20 minutos. De carro, situa-se a 10 minutos do centro da Cidade, e a cerca de 2 minutos do final da auto-estrada (ligação à Ponte Vasco da Gama e à IC32). O estacionamento é vasto (enquanto não tiver início a nova urbanização) e completamente gratuito. Os fregueses podem deslocar-se a pé, seguindo pelos passeios que se encontram, na sua maioria, limpos e cuidados.

A vantajosa situação estratégica do Pólo Cultural de Afonsoeiro poderá funcionar como instrumento impulsionador da promoção de actividades culturais continuadas, que convidem montijenses e não montijenses à participação e divulgação da programação.

4. Arquitectura do espaço

Tal como acima referido, a situação geográfica do equipamento não poderia ter sido mais estratégica. Encontra-se simultaneamente entre os bairros antigos e recentes da Freguesia, perto da entrada de boas-vindas da Cidade. Contudo, a sua localização não foi suficientemente aproveitada, uma vez que dos dois lotes destinados à sua construção, somente um foi edificado – pegando nas palavras do Vice-Presidente da Câmara Municipal do Montijo (Vereador do Pelouro das Obras e Meio Ambiente) “porque a Câmara

¹⁰⁵ Consultar a página 99 dos Anexos.

Municipal considerou que não era necessário o Pólo Cultural ocupar todo o terreno”¹⁰⁶. Talvez a aposta se devesse concentrar na construção de um centro cultural multi-funções, como não existe em todo o Concelho – porém, como se situava numa periferia, poderia vir a roubar visibilidade ao centro da Cidade.

De facto, o Pólo Cultural de Afonsoeiro poderia usufruir de mais e maiores valências, o que o tornaria muito versátil e atractivo, na medida em que é um espaço para o futuro e não apenas para servir o presente. O projecto de arquitectura teve unicamente em consideração as necessidades imediatas do GTDCA, e descuroou outras hipóteses que poderiam vir a ser ponderadas – resultado da falta de estudo prévio sobre o território e a população. Porque este não é um caso singular no nosso país, e o erro reside na falta de importância conferida à Cultura e à sua investigação, há que alertar as autarquias locais para a situação. Agora, que o edifício se encontra construído e em utilização, resta, para além de dar a conhecer o descontentamento da comunidade, tentar remediar as falhas anteriormente cometidas e traçar um plano que as venha a esbater.

5. Utilização do equipamento

O Pólo Cultural de Afonsoeiro foi construído com o intuito de se tornar na sede do Grupo Típico de Danças e Cantares da Freguesia com o mesmo nome. Associação oficial desde 1 de Novembro de 1982,¹⁰⁷ a sua principal actividade concentra-se na dinamização de um rancho folclórico, filiado na Federação do Folclore Português e no INATEL como foi já, aliás, explícito anteriormente. Após mais de 20 anos de reivindicação de um espaço onde pudesse ensaiar, o grupo inaugura a sua nova casa no dia 12 de Setembro de 2009. Não obstante o reduzido número de sócios participativos (cerca de 110), o GTDCA tem-se revelado uma das mais dinâmicas associações da localidade – uma vez que, mesmo sem espaço próprio, resistiu ao longo de todos estes anos.

Sob a perspectiva da utilização do espaço é necessário ter em linha de conta o facto de que o GTDCA nunca teve a oportunidade de poder gerir uma sede, ou um espaço a que

¹⁰⁶ Entrevista realizada a 14/12/2009.

¹⁰⁷ Informação retirada do ofício remetido pela Associação à Junta de Freguesia de Afonsoeiro na década de 90, cujo assunto consiste na explanação do historial do Grupo (no referido ofício não constam datas nem referências, daí a ambiguidade da sua datação).

pudesse chamar seu. Desde a recente inauguração do Pólo Cultural, que o recinto Café/Bar se encontra aberto ao público durante todos os dias da semana, servindo refeições rápidas aos estudantes e mostrando a sua disponibilidade para a organização de festas temáticas. O espaço tem sido também utilizado uma manhã por semana pelo curso de Hotelaria da Escola Profissional de Montijo, sua vizinha, ao abrigo de uma parceria que se tem mostrado deveras vantajosa para ambas as entidades. Relativamente ao Salão, o aproveitamento tem sido contínuo, com actividades durante os dias úteis entre as 19h00 e as 20h00, e pontualmente durante a tarde. Estas actividades englobam ginástica, dança moderna e o ensaio do rancho folclórico.

Deste modo, supondo que o usufruto total do espaço (100%) corresponde à sua utilização 7 dias por semana, divididos pelos períodos de manhã, tarde e noite, constata-se que o Pólo Cultural do Afonsoeiro possui uma taxa média de ocupação de cerca de 38%, cujo número de utentes diários poderá variar entre os 100 e os 200 visitantes, maioritariamente habitantes da Freguesia. Se essa ocupação se revela importante do ponto de vista cultural, revelar-se-á de seguida nas alíneas dedicadas à avaliação crítica do espaço no âmbito da arquitectura e das actividades desenvolvidas.

6. Abrangência e pertinência das actividades

Não seria justo exigir que uma associação tão recentemente instalada usufruísse já de uma programação cultural continuada e ideologicamente instruída. Não se pode esquecer a origem destas colectividades locais, interessadas essencialmente no recreio e lazer da população, e frequentemente abandonadas no que respeita aos apoios das autarquias locais (quer por negligência, quer por falta de recursos). É compreensível que a primeira preocupação do GTDCA resida em ocupar o espaço para garantir alguma fonte de receitas que vá permitindo saldar as principais despesas que o equipamento acarreta. Todavia, entrevistando os membros da Direcção, verificou-se uma grande vontade de organização e estruturação de meios, que visem estabelecer uma política cultural forte e defensora dos direitos culturais dos cidadãos, assim como a cultura e a identidade locais. Foram abordados temas como a constituição de um grupo de teatro, de uma classe de dança que abarcasse vários géneros (desde o folclore ao *Hip Hop*), ou ainda o ensino da música – projectos que poderão vir a ser concretizados, se houver número suficiente de pessoas que se disponham a colaborar activamente na sua realização.

Por enquanto, segundo a Sr.^a Maria Rosa (membro da Direcção do Rancho desde o primeiro momento), o objectivo é “não deixar que as portas do Pólo Cultural se encontrem fechadas, para que a população ganhe o hábito de nos visitar, tomar o seu café e conversar connosco. Assim, sabem que este é um espaço aberto à comunidade, onde podem participar e intervir. Em Março houve eleições para a Direcção (que são de dois em dois anos); agora, vai ser como começar a mobilar uma nova casa.”¹⁰⁸ Sob esta perspectiva, compreender a associação torna-se mais fácil. É fundamental que o equipamento se encontre aberto durante o dia, mesmo que as actividades que oferece ainda não sejam exploradas da forma mais adequada do que se poderia esperar do núcleo cultural por excelência de uma Freguesia sem qualquer rotina no âmbito das práticas culturais. Porém, o que é certo é que nem o Pólo Cultural nem a associação que o dirige seguem qualquer metodologia ou técnica de gestão de equipamentos culturais. Não existem, de facto, políticas nem projectos culturais estruturados, o que revela urgência no que diz respeito à formação dos voluntários, mas principalmente dos dirigentes associativos que provavelmente desconhecem as mais-valias da qualificação na área da gestão e da programação cultural.

7. Análise SWOT

A análise SWOT (*strengths, weaknesses, opportunities, threats*) é uma das ferramentas utilizadas no estudo de situações, equipamentos, empresas, impactos ambientais, entre outros. De acordo com Leandro Bicho e Susana Baptista¹⁰⁹ esta técnica terá sido desenvolvida por Kenneth Andrews e Roland Christensen, professores da *Harvard Business School*. Segundo os mesmos autores, deve ser elaborada e interpretada de forma integrada, “conjugando os elementos da análise interna e externa, por forma a que o diagnóstico que dela resulta seja fiável e constitua uma fonte de informação e suporte adequados às necessidades da gestão estratégica”,¹¹⁰ que se ocupa das decisões que vão, no fundo, delinear o futuro a médio e longo prazo da instituição analisada.

¹⁰⁸ Entrevista realizada a 03/07/2010.

¹⁰⁹ Cf. BICHO;2006.

¹¹⁰ BICHO;2006:13.

No presente caso, a análise SWOT irá englobar o Pólo Cultural do Afonsoeiro e a entidade que o gere, as actividades desenvolvidas no espaço e a sua relação com o território envolvente. Este conjunto de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças será, de seguida, explicitado:

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> - Único equipamento e única associação da Freguesia dedicados exclusivamente à difusão cultural. - Edifício recente, que funciona como um novo estímulo. - Funcionamento permanente do Café/Bar; - Ocupação contínua do espaço com actividades ligadas ao movimento do corpo (dança e ginástica). 	<ul style="list-style-type: none"> - O espaço não é versátil e está muito preso às actividades do rancho folclórico; - Reduzida dimensão do equipamento; - Baixo orçamento: não há verba autárquica disponível para dinamizar o Pólo Cultural do Afonsoeiro; - As receitas conseguidas pelo GTDCA destinam-se apenas ao pagamento de despesas correntes. - Inexistência de políticas e metodologias de gestão e programação cultural. - Lacuna no âmbito da formação e qualificação cultural dos dirigentes e demais associados.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Excelente localização geográfica; - Óptimas acessibilidades; - Inserção numa Freguesia cujos habitantes se encontram ávidos de dinamização cultural; - Forte reconhecimento do GTDCA pela população e demais associações; - Trabalho directo com a população local. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fraca divulgação da programação; - Falta de placas de sinalização à entrada da localidade, que confirmem uma maior visibilidade ao equipamento; - Falta de fregueses com vontade de participar activa e voluntariamente na organização de eventos culturais (que encorajam, mas não participam). - Falha na elaboração de parcerias com as diversas instituições da Freguesia.

Depois de elaborada a análise SWOT, a instituição deve estabelecer metas de melhoria dos itens que foram considerados prioritários, relacionadas com a forma de

actuação no que diz respeito ao aproveitamento de oportunidades, e à prevenção dos efeitos de eventuais ameaças. Esta será a base do Programa Cultural do equipamento.

A ideologia residirá, portanto, em concentrar-se nos pontos fortes, reconhecer e ultrapassar as fraquezas, agarrar as oportunidades e transformar as ameaças em novas lutas, novos objectivos.

IV. PRATICAR A CULTURA FORTALECENDO A COMUNIDADE

De acordo com Sandra Lima Coelho as organizações de tipo associativo podem constituir um “eixo fundamental em qualquer política de desenvolvimento, na medida em que são um pilar decisivo na construção de solidariedades, são a expressão de uma forma de vida em comunidade que favorece o exercício da democracia e da cidadania”.¹¹¹ Porém, não obstante o facto de as colectividades assumirem uma significativa importância social, cultural, política e económica, um estudo elaborado por Luís França revela que a participação dos portugueses nas actividades associativas é bastante reduzida.¹¹² Segundo o autor da pesquisa, Portugal detém o índice mais baixo de associativismo por habitante de toda a Europa, causa que pode dever-se à tardia aquisição do direito de livre associação e às fragilidades da democratização do poder político (que nos remete para a revolução de Abril). Estes elementos são indicadores da debilidade da sociedade nacional em termos de capital social e reciprocidade generalizada.

1. O lugar da cultura e do associativismo na medição do índice de qualidade de vida

Consciente desta situação, o presente trabalho de projecto continua a defender o movimento associativo cultural como força promotora da qualidade de vida. Totalmente em consonância com a opinião de Pedro Moura Ferreira no artigo *Associações e Democracia: faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses?*¹¹³ Com certeza que a resposta a esta pergunta será “sim”. Durante o texto, o sociólogo identifica as contribuições primárias das associações para a dinamização da vida democrática. As razões vão desde o carácter da sua própria existência, que manifesta a liberdade de expressão, constituindo espaços de socialização cívica, política e cultural, até à possibilidade de assumir o papel de contrapoder às manifestações ilegítimas da autoridade do Estado ou da

¹¹¹ Cf. COELHO;2008:10.

¹¹² Cf. FRANÇA;1993.

¹¹³ FERREIRA;2008.

concentração de interesses. Na sua essência, as associações “envolvem-se directamente em determinados domínios do *welfare* como forma de ultrapassar algumas limitações no plano dos *outputs* da acção governamental e de reduzir o défice de participação dos cidadãos nos *inputs* da governação”.¹¹⁴ No final, Pedro Moura Ferreira conclui que os jovens voluntários em colectividades, sobretudo as não desportivas, se revelam sistematicamente mais presentes no espaço público e exibem atitudes mais congruentes com as responsabilidades da cidadania. É esta cultura da cidadania activa que ajuda a ultrapassar os problemas sociais do quotidiano. Não será ela potenciadora de qualidade de vida?

É habitual afirmar-se que a cidade atrai população devido às condições de vida que oferece, enunciando-se vantagens como o fácil acesso e a abundância de bens e serviços.¹¹⁵ Contudo, não é menos verdade que as cidades acarretam também um elevado e diversificado número de problemas. Assim evidencia Prudência Valente no artigo *Qualidade de vida na cidade da Guarda*¹¹⁶: o “intenso crescimento urbano, realizado muitas vezes de forma caótica, traduzido na expansão de um espaço onde a população se debate dia-a-dia, com a sobrelotação e ausência de equipamentos colectivos, com a degradação ambiental e comunitária, com problemas levantados pela produção e armazenamento de lixo, com dificuldades associadas ao trânsito cada vez mais intenso, e com problemas económicos e sociais que tendem a manifestar-se sob a forma de falta de habitação condigna e de desemprego, o que conduz ao individualismo e à exclusão social.”¹¹⁷ É certo que ao longo dos anos foram introduzidas inúmeras medidas e políticas que têm como principal objectivo a minimização destes problemas, visando uma melhoria da qualidade de vida. Salientam-se, entre elas, as regulamentações na construção habitacional, a organização de políticas de circulação, a utilização de novos materiais, o saneamento das cidades, a valorização dos espaços verdes, entre outras reformas. Acontece, que de toda a documentação consultada se constata a lacuna existente no que respeita às políticas culturais que possam vir a contribuir para aumentar o bem-estar das populações. Serão as práticas de cultura tidas em linha de conta aquando da redacção de protocolos e outros

¹¹⁴ Cf. FERREIRA;2008;109.

¹¹⁵ Cf. VALENTE;2004.

¹¹⁶ Dada inexistência bibliográfica sobre o tema em questão, e tendo em conta a veracidade e pertinência das informações partilhadas, o caso de estudo sobre a cidade da Guarda torna-se aplicável no presente contexto de pesquisa.

¹¹⁷ VALENTE, Prudência (2004). *Qualidade de vida na cidade da Guarda*. Centro de Estudos Ibéricos, p. 2.

projectos que visem melhorar efectivamente a qualidade de vida? Qual será o índice de bem-estar no concelho de Montijo? Poderá o Pólo Cultural do Afonsoeiro contribuir para o aumento do referido índice?

Existem, de facto, uma série de indicadores a utilizar a fim de compreender o mundo, tomar decisões e planear acções. Na medição do Índice de Qualidade de Vida o processo é igual: há que tirar partido das ferramentas que poderão servir para aprender e interpretar os comportamentos. Estes indicadores são reflexos parciais da realidade baseados em modelos imperfeitos e incertos – existindo várias formas de “ver o mundo” é compreensível a ambiguidade da escolha das ferramentas na contabilização do bem-estar. Esses modelos mentais e suposições sobre o que nos rodeia são fruto da personalidade, da cultura, da linguagem e da experiência de cada indivíduo. A causa fundamental da dificuldade de medição vincula-se à própria definição do conceito, pois o que é qualidade de vida para o indivíduo A, pode não o ser para o indivíduo B, e “viver bem” ontem não significa propriamente “viver bem” hoje ou amanhã. O que não se compreende, é o facto de as práticas culturais não serem um tema recorrente quando se fala em qualidade de vida, principalmente numa época em que tanto se condena o crescente grau de individualismo na sociedade.

Segundo José Pires Manso e Nuno Miguel Simões, não há uma teoria formal para a escolha das variáveis que devem compor o Índice de Qualidade de Vida. No artigo *Os Municípios e a Qualidade de Vida em Portugal: Proposta Metodológica com vista à sua Mensuração e Ordenação*, evidenciam que ambos os indicadores, objectivos e subjectivos, devem ser igualmente contabilizados uma vez que medem a quantidade e a qualidade, respectivamente. No caso de apenas se basear as decisões sobre qualidade de vida em indicadores objectivos, por exemplo, criar-se-ia um mundo de quantidade e não de qualidade. Assim sendo, a fim de obter resultados mais próximos da realidade, há que incorporar um maior número de variáveis, sejam elas de carácter material, social, espiritual ou ambiental.

Com o objectivo de calcular o Índice de Qualidade de Vida nos concelhos portugueses, Manso e Simões utilizaram como base de dados o Anuário Estatístico publicado pelo Instituto Nacional de Estatística referente ao ano de 2004. Assim, a partir dos 11398 valores da amostra e da sua análise factorial, foi possível fixar o ranking dos municípios portugueses por ordem de bem-estar. Os investigadores tomaram como

indicadores principais as Condições Materiais (cujas áreas temáticas se dividem em Equipamentos de Comunicação, de Cultura,¹¹⁸ de Saúde, de Educação e Infra-Estruturas Básicas), as Condições Sociais (que se repartem em Dinâmica Cultural, Educação, População, Saúde e Ambiente), e as Condições Económicas (cujas subdivisões abrangem o Mercado de Habitação e de Trabalho, o Dinamismo Económico e o Rendimento/Consumo). Deste modo, segundo a metodologia proposta pelos dois colaboradores da Universidade da Beira Interior, foram ordenados os municípios portugueses em termos de bem-estar: em tom de resumo, nas primeiras posições da tabela encontram-se muitos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve, em oposição aos concelhos do Norte e Centro do país, que se situam nos últimos lugares do ranking. É de salientar que o concelho de Montijo se localiza em 36.º lugar na contagem, com um Índice de Qualidade e Vida de 111,133 (em comparação com Lisboa, que está em 1.º lugar, com um IQV¹¹⁹ de 205,0732 e o concelho de Sabugal cujo valor não ultrapassa os 5,29807, assumindo a última posição na tabela).¹²⁰

Em contraste, um estudo efectuado pela DECO em 2006, revela uma opinião divergente da que foi acima registada. A Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor inquiriu, juntamente com instituições suas congéneres, 76 cidades em Portugal, Espanha, Itália e Bélgica. A nível nacional, das 18 capitais de distrito abrangidas pelo projecto, Viseu, Castelo Branco e Aveiro ocupam os lugares cimeiros (com um IQV de 59,86%, 57,93% e 57,90%, respectivamente), enquanto Setúbal, Lisboa, Porto e Faro se verificam como as cidades portuguesas com menor Índice de Qualidade de Vida (43,79%, 45,93%, 46,45% e 49,50%, propriamente).¹²¹ Os critérios assumidos nesta pesquisa basearam-se na opinião dos habitantes em relação a temas como a habitação e a paisagem urbana, a educação, a saúde, a mobilidade, o mercado de trabalho, o meio ambiente, a segurança e a criminalidade, o comércio e os serviços, a cultura¹²², o lazer, o desporto, o planeamento e a administração da própria cidade. Embora não se consiga apurar o número

¹¹⁸ Repare-se que apenas é feita referência aos equipamentos e não à sua dinamização ou relação com a população.

¹¹⁹ Índice de Qualidade de Vida.

¹²⁰ Cf. MANSO;2007:42.

¹²¹ Cf. <http://www.deco.proteste.pt/direitos/qualidade-de-vida-inquerito-em-76-cidades-s487991.htm> (último acesso a 03-09-2010))

¹²² Embora não haja informação acerca do que a expressão “cultura” possa abranger.

total de inquiridos, o que seria interessante a fim de obter uma visão mais consistente da amostra, é notória a contradição entre os resultados dos dois estudos, que utilizaram não só uma gama variada de díspares indicadores, mas também bases de dados diferentes.

Todavia, com suporte em critérios e informações distintos, os valores obtidos seriam, mais uma vez, divergentes. No entanto, de um modo geral, poder-se-á concluir que a medição da felicidade se relaciona com a “satisfação das necessidades de um indivíduo, de uma população ou de uma sociedade a nível económico, social, psicológico, cultural, espiritual e ambiental, proporcionando tranquilidade, segurança e esperança de um futuro melhor”¹²³. Portanto, não interessa para este trabalho de projecto o valor estatístico da qualidade de vida, mas sim o sentimento de bem-estar de cada indivíduo em relação a ele próprio e ao ambiente que o rodeia.

Factor importante a reter dos dois estudos acima referidos, é a contabilização apenas de equipamentos colectivos (que englobam espaços culturais e não culturais), sem fazer referência às actividades que promovem e a sua relação com a comunidade e o local onde se inserem. Não basta construir, adquirir ou conservar um equipamento, nem geri-lo apenas sob uma perspectiva administrativa e burocrática: tal como nos confirma Maria João Centeno, os espaços culturais devem ser “vividos e incorporados na experiência da população como espaços sociais, e para tal têm que ter vida e inspirar um entendimento comum do lugar, que funcione como elemento unificador e ajude a forjar uma identificação e posse públicas desses espaços.”¹²⁴ Seguindo a perspectiva de Albino Viveiros, os centros cívicos¹²⁵ (como o Pólo Cultural de Afonsoeiro) surgem num contexto descentralizador de políticas e acções impulsionadas pelo objectivo do desenvolvimento cultural, motivadas pela demanda das populações das periferias dos centros urbanos e resposta às necessidades de carácter sociocultural. São infra-estruturas polivalentes favorecedoras da participação

¹²³ MANSO e SIMÕES (2007). *Os Municípios e a Qualidade de Vida em Portugal: Proposta Metodológica com vista à sua Mensuração e Ordenação*. Universidade da Beira Interior, Covilhã, pp. 10.

¹²⁴ CENTENO;2009:2.

¹²⁵ Entenda-se “centros cívicos” enquanto espaços de fomento do associativismo, da promoção e da democracia culturais, a par da participação cidadã na vida cultural da localidade – o Afonsoeiro, no actual estudo de caso.

comunitária, da democratização cultural, da criação e fruição culturais.¹²⁶ Na perspectiva do autor, a polivalência é sinónimo de diversidade das actividades artísticas e culturais, da flexibilidade dos espaços e da convivência num mesmo perímetro de iniciativas profissionais e associativas. O trabalho cultural de âmbito local deve ainda alicerçar-se na ideia dos direitos culturais, também defendida por Jorge Miranda no seu artigo *Notas sobre cultura, Constituição e direitos culturais: o direito à participação, à liberdade, à tolerância e ao respeito pelas diversas acções e opções culturais; no direito à igualdade no acesso à educação e à cultura, à sociedade e ao pluralismo*.¹²⁷

José Portugal e Susana Marques, em *Gestão Cultural do Território*, referem que “antes de projectar equipamentos e espaços há que programar, de forma participada e com base em análises prospectivas, redes de interesses”.¹²⁸ Torna-se essencial estar atento às novas dinâmicas locais e à criação de novas centralidades, que em muitos casos demandarão equipamentos polivalentes. De acordo com os coordenadores do livro, identificar os grupos humanos envolvidos, reconhecer o(s) território(s) e escutar os seus interesses é a base de um qualquer ordenamento eficiente, também no plano cultural. Citando os autores, “inovação, competitividade, qualificação, certificação, participação, globalização, diferenciação... são palavras que devem orientar o ordenamento territorial” visando o desenvolvimento local enquanto processo de mudança da realidade sustentado na capacitação das pessoas para o exercício de uma cidadania activa e transformadora da vida individual e em comunidade.¹²⁹ Novamente segundo Albino Viveiros, este modelo de desenvolvimento caracteriza-se por um procedimento de melhoria das condições culturais, económicas, educativas e sociais da população através de iniciativas de cariz comunitário, de valorização do capital social e de recursos materiais em ligação privilegiada com os cidadãos e as instituições do território – logo, através do movimento associativo apoiado pelo comércio, estabelecimentos de ensino, segurança e autarquias locais. Pelas palavras do autor, o desenvolvimento local deverá “nascer do diagnóstico da realidade social, procurando responder às expectativas e colmatar as necessidades mais prementes dos grupos. Um processo sustentado nos recursos endógenos do território e partilhado pela

¹²⁶ Cf. VIVEIROS;2008.

¹²⁷ Cf. MIRANDA;2006.

¹²⁸ PORTUGAL;2007:37.

¹²⁹ Cf. PORTUGAL;2007:30-37.

comunidade. Uma aposta na educação não formal continuada, geradora de um desenvolvimento cultural, social e económico.”¹³⁰ Porque nenhuma comunidade se afirmará se os seus habitantes não se reconhecerem como fazendo parte dela, de forma identitária e não meramente administrativa – e isto contribui para a qualidade de vida. Tal como nos elucidam José Portugal e Susana Marques, ao mesmo tempo que vão enfraquecendo as estruturas sociais colectivas (associações, igrejas, etc.), vai sendo pedido a cada um que assuma directamente as suas responsabilidades no universo social. Nas sociedades livres, nas quais nos inserimos, torna-se fundamental que os poderes organizados (políticos ou outros) respondam às necessidades dos cidadãos, considerados individualmente. Actualmente urge arranjar solução a dificuldades mais imediatas, como a procura de emprego ou o pagamento de dívidas de crédito, entre outros. Contudo, os anseios dos cidadãos não são meramente materiais. O sentimento de pertença a algo maior do que cada um, mediatizado pelo património cultural é igualmente imperial. Portugal e Marques estarão evidentemente certos ao afirmar que “não cuidar dele, sobretudo face às novas gerações que vão crescendo com menos referentes é potencialmente desagregador da sociedade.”¹³¹ A fim de combater este efeito, há que agir localmente seguindo estratégias globais, apostando na qualidade e excelência e, principalmente, criando novas metodologias e redes de participação que se adaptem às actuais exigências do quotidiano.

2. Autarquias locais: competências e responsabilidades

É neste contexto que surge o tema do poder político no desenvolvimento da cultura e das práticas socioculturais no seio da comunidade. No artigo *Como abordar as políticas culturais autárquicas?*, Augusto Santos Silva¹³² evidencia a centralidade da câmara municipal na protagonização de práticas culturais locais, e a quase total ausência quer do nível de organização inframunicipal (a junta de freguesia), quer supramunicipal (associações de municípios e áreas metropolitanas). Sob o ponto de vista do autor, raras freguesias agem de moto próprio e com objectivos específicos no domínio cultural, se descontarmos o apoio às manifestações culturais tradicionais. E, mesmo aí, agem geralmente por mandato e

¹³⁰ VIVEIROS;2008:4.

¹³¹ PORTUGAL;2007:32.

¹³² Cf. SILVA;2007.

no quadro de acções definido pela câmara municipal. Silva enumera ainda o “consensualismo”, o “presidencialismo” e a “formulação de prioridades em patamares” enquanto as três principais características do poder local que influenciam (negativamente) a concepção e estruturação da acção cultural nos municípios. De facto, seja por desinteresse ou desconhecimento, não existe em Montijo uma política cultural definida nem minimamente cuidada ou fundamentada do ponto de vista metodológico. Não foram redigidos quaisquer documentos sobre o assunto, nem projectos que reforcem quaisquer linhas de orientação para consulta quer dos técnicos, quer dos dirigentes e muito menos dos cidadãos em geral. O sector cultural é visto como acções ou programas desarticulados (isto é, práticas culturais em vez de políticas, tais como oficinas, exposições, festivais, etc.). Esta ausência, confirmada pela Câmara Municipal e constatada durante toda a investigação, deixa a descoberto lacunas graves na gestão cultural do território, constituindo sérios obstáculos à intervenção cultural local.

Possuindo como único suporte documentos legislativos, faz-se referência à Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, que “estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais”: embora todas as funções influenciem directa ou indirectamente o desenvolvimento cultural (desde as redes de transportes e comunicações até ao saneamento básico), é a área do “Património, cultura e ciência” (Artigo 20.º) que mais contribui para esse fim. Ilustra portanto, o referido artigo, ser da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão e o investimento no âmbito dos centros de cultura, museus, bibliotecas, teatros e do património cultural, paisagístico e urbanístico do município. As câmaras municipais devem ainda apoiar projectos e agentes culturais não profissionais, bem como a construção e conservação de equipamentos culturais de âmbito local. Das competências acima enumeradas, poucas ou nenhuma são delegadas nas juntas de freguesia, reforçando a opinião de Augusto Santos Silva neste âmbito. Embora seja um fenómeno nacional, no que respeita ao presente caso de estudo, a freguesia de Afonsoeiro detém escasso poder sobre o património edificado e, embora não descurando a importância do acto, o apoio às demais instituições locais não consegue chegar além dos recursos logísticos e humanos. Quer-se com isto chamar a atenção para a quase impossibilidade das juntas de freguesia em promover autonomamente ou em conjunto com associações projectos livremente estruturados. Com base no “Protocolo de delegação de competências da Câmara Municipal de Montijo na Junta de Freguesia de Afonsoeiro”, as suas áreas de acção consistem na “reparação, conservação e manutenção dos edifícios das

escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Pré-escolar”¹³³ bem como nos transportes escolares, na arborização e tratamento dos espaços verdes, na gestão e manutenção dos equipamentos desportivos e dos balneários públicos. Segundo informação obtida através do executivo da referida estrutura inframunicipal, o financiamento anual de 42.000,00€ irá manter-se até ao final do mandato, juntamente com o supracitado protocolo – ou seja, não obstante o crescimento explosivo da população e das exigências que este fenómeno implica na Freguesia de Afonsoeiro nos últimos anos (em que o orçamento já se tem vindo a classificar como bastante diminuto), nada irá mudar até 2013! Qual será, então, o papel das juntas de freguesia no futuro? Talvez estejam, muitas delas, destinadas a encerrar: não por falta de capacidades metodológicas ou cognitivas, ou ainda de vontade em tomar a iniciativa, mas por dependerem de ideologias políticas pré-estipuladas e de orçamentos que se vêm reduzidos de mandato para mandato.

Corroborando a sentença de que a gestão cultural seria seguramente melhor sucedida se os técnicos municipais tivessem em linha de conta o parecer das autarquias de proximidade, associações e cidadãos em geral, segue-se um excerto do artigo *Vamos gerir a cultura da cidade com os cidadãos* da autoria de Toni Puig: “Em especial aos municípios pede-se que liderem a edificação e a manutenção da cultura – não do espectáculo – da cidade, convocando todos os sectores interessados na cultura dos cidadãos para somar opiniões, somar recursos, propor soluções e multiplicar respostas para a qualidade de vida dos cidadãos. (...) São os próprios cidadãos quem tem de decidir, propor e defender ou mudar a cultura – o estilo de vida – com o qual querem viver-se e viver. Isto é, para mim, autêntica democracia cultural ou política cultural dos cidadãos.”¹³⁴ Acontece que, segundo o autor, as organizações culturais de voluntariado, e mesmo os serviços municipais de cultura estão pouco ou nada interorganizados, sendo os gestores culturais ainda homens e mulheres apenas com boa vontade de servir culturalmente (ignorando o método da sua construção). Cabe à política cultural municipal abranger a qualificação cultural necessária à formação dos seus próprios técnicos, dos dirigentes associativos e de cidadãos voluntários interessados em contribuir para o desenvolvimento cultural local.

Conquanto não seja objectivo da investigação aprofundar o tema da organização municipal, torna-se pertinente focar que o problema das câmaras municipais reside na

¹³³ Página 2.

¹³⁴ PUIG;2004:311.

ausência de um método global que assegure uma produção qualitativa para satisfazer as necessidades dos cidadãos – a todos os níveis, não apenas cultural. Diz Puig que se trabalha com “sistemas arcaicos, burocráticos, que não potenciam a criatividade, a energia das equipas de serviços e a sua produtividade e competitividade.”¹³⁵ Neste sentido, urge alterar a metodologia de trabalho das equipas de serviços culturais e colocá-las em consonância com as necessidades da população. Há que oferecer as bases para que os sujeitos de uma determinada comunidade possam participar activamente. Para isso, exige-se uma mudança de políticas sociais de modo comunitário em que os indivíduos não sejam apenas considerados pelas suas carências, mas como portadores de potencialidades que necessitam dos recursos adequados para se desenvolverem. De acordo com a opinião de Augusto Santos Silva sobre esta matéria, embora seja certo que também como técnico se pode ser animador, incentivador e, como tal, converter tarefas rotineiras em acção útil, “as paredes dos gabinetes não constituem o horizonte fechado de realização profissional e cívica.”¹³⁶ Este processo obriga a uma revolução nas organizações administrativas e na maioria das associações de voluntariado. Ambas tendem para se organizar como estruturas profissionais fechadas. Em conformidade com Toni Puig, “o futuro está na abertura: o futuro passa pela co-gestão dos serviços públicos *com* os próprios cidadãos utentes dos serviços culturais”¹³⁷ – assim se fortalece a comunidade.

Consciente das dificuldades com que a associação Grupo Típico de Danças e Cantares de Afonsoeiro se depara no que respeita à gestão do Pólo Cultural da mesma localidade (que vão desde os recursos humanos aos monetários) reconhece-se a impotência face a um sistema cuja mudança ainda não se avista no horizonte. Todavia, enquanto agentes de participação democrática, de transformação social e centros cívicos que são, têm o dever de interceder a favor de uma maior democracia cultural. Em conjunto com outras instituições públicas e com o apoio de voluntários activos reúne as condições necessárias para iniciar a luta por totais direitos (e deveres) culturais, contribuindo para a criação duma política cultural fundamentada e devidamente estruturada com vista ao aumento da

¹³⁵ PUIG;1999:13.

¹³⁶ SILVA;1987:67.

¹³⁷ PUIG;2004;313.

qualidade de vida da população, e que sirva às exigências manifestadas pela comunidade afonsoeirense.

3. Pólo Cultural e Grupo Típico de Danças e Cantares de Afonsoeiro – orientações metodológicas com vista a uma melhor gestão local da cultura

Com base na bibliografia consultada e no cruzamento das informações adquiridas durante a pesquisa, surge a proposta de um possível protocolo entre o GTDCA (enquanto entidade gestora do Pólo Cultural de Afonsoeiro e representante do movimento associativo cultural afonsoeirense), a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, que poderia estender-se a todo o concelho de Montijo e talvez mesmo a todo o território português se devidamente adaptado às diferentes realidades locais do nosso país.

Com o objectivo de implementar uma política cultural voltada para a democracia cultural, o primeiro passo consistiria em integrá-la no processo de desenvolvimento local (tanto a nível económico como social e político) abandonando a ideia de que a cultura é um elemento de menor relevância para o desenvolvimento. Seria extremamente importante reconhecer o pluralismo e a diversidade culturais, respeitando reciprocamente as diferentes identidades e formas de expressão – essencialmente, ter em conta que nem o poder público nem qualquer outra instituição tem o direito de impor orientações culturais, estéticas, gostos literários, cinematográficos ou musicais, etc., mas deve primar pela compreensão e apoiar a autonomia e a criatividade de manifestações culturais distintas. Haveria também que descentralizar as actividades culturais, de forma a que estas consigam chegar ao maior número de pessoas, e promover a integração social e cultural no âmbito da vida quotidiana, isto é, incentivar a participação da sociedade e torná-la numa das principais finalidades da formulação de políticas na área da cultura. Revelar-se-ia necessário ainda, para o sucesso do referido protocolo, realizar parcerias práticas e não apenas teóricas entre as várias instituições, nomeadamente ao nível da partilha de experiências e conhecimentos técnicos, assim como logísticos e humanos a fim de criar uma rede de voluntariado em prol do desenvolvimento local e do aumento da qualidade de vida da comunidade que trabalhasse juntamente com técnicos especializados em cada área (sociologia, animação sociocultural,

gestão cultural, geografia, ciência política, administração e secretariado, limpeza, carpintaria, entre outros).

No actual estudo de caso, especificamente, deveria ainda surgir uma proposta para a realização de uma carta cultural (se possível a nível concelhio), que funcionasse como ferramenta de trabalho para dirigentes, técnicos e cidadãos. Voltando à Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, que evidencia enquanto competência dos municípios “elaborar a carta escolar e integrar nos planos directores municipais”,¹³⁸ não seria também indubitavelmente pertinente legislar a realização da carta cultural concelhia? É sob esta perspectiva que aqui se propõe a sua concepção. A carta cultural autárquica não é um roteiro mas sim uma extensa lista descritiva de recursos endógenos que consolida imagens do quotidiano organizativo e sociocultural de um território – constitui resposta a necessidades socialmente sentidas, desenvolvendo conhecimento específico e contribuindo para uma melhor gestão e criação de riqueza na região – porque disponibiliza informação estratégica e promove uma melhor comunicação. Para além de destacar a singularidade e autenticidade de uma cidade, a carta cultural promove a construção de uma imagem institucional de abertura e visibilidade para o exterior (remetendo para a competitividade e inserção em redes de visão estratégica). Com o processo de recenseamento da população durante o presente ano civil, surge a possibilidade de realizar uma cartografia cultural estatisticamente actualizada – uma oportunidade a não perder.

A partir das linhas de orientação acima descritas, o governo local e as demais instituições (e ainda os cidadãos de forma geral) poderiam empreender acções no sentido de garantir as infra-estruturas necessárias à prática cultural no seio das comunidades centrais e periféricas, assim como democratizar a informação cultural no município possibilitando o acesso aos bens culturais e aos equipamentos. Dever-se-iam providenciar formas de debate e participação nas decisões culturais tais como conselhos e fóruns, que se poderiam realizar presencial e virtualmente, através das redes sociais (que constituem também excelentes técnicas de divulgação) que permitiriam aos interessados integrar as discussões relativas ao desenvolvimento local (negociar orçamentos, programações, entre outros). Descentralizando os serviços culturais surgiria a oportunidade de resgatar as culturas e vivências de comunidades ancestrais, raízes e heranças culturais que de outro modo cairiam no esquecimento. Com uma política que visa a democracia cultural,

¹³⁸ Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, Artigo 19.º ponto 2. a).

espontaneamente se descobririam talentos e trabalhos experimentais de artistas locais não consagrados, e o apoio a grupos e movimentos na formação de redes e entidades independentes surgiriam por si só, fruto da liberdade cultural e da confiança gerada entre o poder público, as associações e o indivíduo. Porém, seria ainda necessário do pondo de vista metodológico estimular a formação cultural da população e dos agentes culturais municipais (os bibliotecários, os dinamizadores socioculturais e outros funcionários de equipamentos culturais). Com este processo as portas dos centros de cultura abrir-se-iam de forma a abranger as ruas, as praças, os jardins, as estações de autocarros, os cafés e o comércio local, etc.. Começar-se-iam por criar leis de incentivo à criação cultural e um fundo de cultura que, por menor que fosse no seu início, consistiria num primeiro passo com vista à concretização de práticas culturais de proximidade e fundamentalmente no estabelecimento de parcerias com entidades privadas e outras autarquias (até mesmo a nível internacional).

Ao Grupo Típico de Danças e Cantares de Afonsoeiro, entidade responsável pelo Pólo Cultural de Afonsoeiro, demanda-se um trabalho coordenado e integrado em programas globais da comunidade, com técnicos (mesmo que voluntários), serviços e instituições associativas a todos os níveis que a ideologia do movimento associativo exige. Para esse fim é necessária a formação de aptidões, como assumir o pluralismo enquanto enriquecimento através de uma resposta mais qualificada e eficaz para as pessoas (isto é, qualificar também a metodologia do trabalho em equipa). No que respeita às funções a desenvolver, estas teriam como base a análise da realidade, a programação e realização de actividades, a sua coordenação e respectiva avaliação. Em relação à técnica adoptada, o processo de dinamizar as intervenções requer operatividade, capacidade de negociação, a participação de todos os membros na definição de objectivos e programas e na gestão dos recursos, utilizando métodos de trabalho cooperativo e animadores técnica e humanamente preparados.¹³⁹ De acordo com María Jesús García, há que possuir uma visão política das acções, na medida em que a “eficácia de uma associação depende da maneira como planifica as acções de acordo com os objectivos que quer levar a cabo.”¹⁴⁰ Para isso, é preciso observar, reflectir e propor atitudes necessárias para o território e para a população.

¹³⁹ Cf. TRILLA;2004.

¹⁴⁰ GARCÍA;2004:297.

Há não só que disponibilizar serviços, mas também despertar mentalidades e oferecer um olhar político sobre si mesmo, sobre os outros e sobre a realidade social. Segundo a autora, as associações devem ter um carácter público e transparente, constituindo espaços de denúncia, de impulso e de protecção dos direitos humanos. Acima de tudo uma associação, a associação GTDCA, deve estar voltada para a comunidade e assumir-se independente do poder político local – embora se constate a impossibilidade dessa total independência (por motivos orçamentais e por vezes até políticos) deve, pelo menos, agir em conformidade com os seus ideais.

Ao redigir os “Dez mandamentos ou estratégias básicas para a gestão da cultura da cidade” Toni Puig afirma, mais uma vez, que todas as organizações culturais devem sobretudo experimentar, ensaiar e apostar. No âmbito da cultura, como ele próprio defende, não há receitas nem caminhos traçados. E não nos podemos conformar com o facto de sermos excelentes consumidores de cultura importada, o que nos torna numa sociedade passiva. Há que estimular também a capacidade criadora incrementando grupos de música, teatro, dança, cinema, gastronomia, ciência – trata-se, pois, de incentivar a criatividade dos cidadãos. Citando aquele que é considerado o “Guru das Cidades”, “por que razão algumas cidades, hoje em dia, que dispõem de grupos musicais, de núcleos de pintura ou de artesanato de associações culturais criativas e de pequenas indústrias culturais, florescem, enquanto outras nada têm (...) há uma gestão de cultura da cidade, durante anos aberta, criativa, envolvendo os cidadãos, que começa na escola e nos tempos livres das crianças, combina a actividade radical dos jovens, propiciando-lhes espaços de manifestação e experiências, passa por fomentar o aprofundamento nos adultos e envolve as pessoas mais velhas na vida cultural dos cidadãos.”¹⁴¹

Numa época de crise financeira, em que os valores morais se alteram e a economia não permite o desenvolvimento e evolução necessários, é tempo de mudança. Quando Jon Hawkes escreveu *The fourth pillar of sustainability, Culture's essential role in public planning*, veio chamar a atenção para a urgência de delinear um quadrado no lugar do conhecido triângulo de desenvolvimento sustentável. Aos clássicos “economia”, “preocupação social” e “meio ambiente”, este modelo veio acrescentar “cultura” enquanto elemento de primordial

¹⁴¹ PUIG;2004:307.

importância na gestão pública.¹⁴² Está, portanto, aberto o caminho com vista a materializar a utopia de política cultural abordada por Augusto Santos Silva no artigo “Como financia o estado as actividades culturais?”, no qual defende que a cultura se deve reunir a outras áreas cruciais de qualificação e se articular com a educação e a inovação. A sua contribuição para os domínios do desenvolvimento territorial, do crescimento económico, do emprego e da coesão social não seria contestada, na medida em que ultrapassa finalmente o papel de simples adorno.

Para finalizar este Capítulo se conclui que, se nestes próximos anos não se fizer um esforço sério a fim de converter o sector associativo cultural e de o transformar em motor de propostas culturais contínuas e competitivas para a qualidade de vida dos cidadãos ficar-se-á para trás, tal como assegura Toni Puig: permanecerá à margem das cidades onde a cultura é motor de vida, com ideias para a iniciativa quotidiana dos cidadãos num mundo cada vez mais complexo – porque “a coesão dos cidadãos só é possível a partir da cultura.”¹⁴³

¹⁴² Cf. HAWKES;2001.

¹⁴³ PUIG;2004:301.

CONCLUSÃO

Após um ano de pesquisas, reuniões, leituras, interpretações e reflexões sobre cultura, qualidade de vida, associativismo, comunidade, políticas culturais e a interligação entre estes cinco conceitos e outros tantos que foram tratados no desenrolar da investigação, a fase de realização do trabalho de projecto referente ao mestrado em Práticas Culturais para Municípios corresponde a 12 meses de crescimento académico e pessoal. Juntamente com a componente lectiva do curso, esses 12 meses convertem-se em 24. Foram dois anos de novas experiências, novas aprendizagens que despertaram e desenvolveram competências a nível cognitivo e mesmo emocional, ultrapassando obstáculos e descobrindo facetas que o próprio sujeito desconhece.

A escolha da Freguesia de Afonsoeiro e do Pólo Cultural não foram inocentes. Estão inseridas num território familiar e que necessita, efectivamente, de ser transformado culturalmente. Todavia, não se quis deixar de o abordar sob uma perspectiva mais generalizada, de modo a identificar-se com muitos outros casos semelhantes. Dizem que o objectivo da Vida deve consistir em deixar o mundo melhor do que aquele que encontrámos: cada um na sua área, seja ela a construção, a educação, a arte, a medicina, etc., devemos dedicar-nos ao que melhor sabemos fazer e arriscar mudar favoravelmente o universo que nos rodeia.

Numa época em que todos os dias *media* e governo alertam para dificuldades financeiras, de empregabilidade e outras, há que ser criativo e procurar soluções para além do óbvio. Cada vez mais os economistas de prestígio defendem que a economia social pode contribuir com algumas soluções para as problemáticas do emprego e da ocupação. Isto implica que o reconhecimento, a consolidação e a integração das associações de voluntários e das organizações não governamentais passem a ser identificados como um grande impulso quer para as próprias entidades quer para o sector terciário da economia e da produção e ainda mais para o desenvolvimento cultural.¹⁴⁴ Deste modo, a participação das associações é vital para a quase totalidade das políticas municipais, primeiro porque são geradoras de grande parte dos eventos, segundo porque são transmissoras das opiniões dos cidadãos, terceiro porque são depositárias de tradições, quarto porque mobilizam públicos

¹⁴⁴ Cf. TRILLA;2004:157.

próprios e ainda trazem notoriedade, prestígio e influência essenciais para os processos de legitimação política.

Torna-se imprescindível, portanto, dar importância aos saberes e configurações locais, à recuperação ou manutenção de especificidades, à pluralidade de sentidos que as autarquias, as associações, as escolas e as próprias famílias devem respeitar e procurar, na tentativa de criar uma aproximação destas ao tecido sociocultural que cada território representa e, o que talvez seja mais importante, num sistema difuso e informal de formação popular permanente, paralelo ao oficial.¹⁴⁵ Enquanto estas linhas não forem levadas em consideração pelo poder político, não existirá uma evolução social, ambiental e económica equilibrada.

Termina, este trabalho de projecto, com uma frase de Marc Augé, retirada do livro *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*: “O mundo da sobremodernidade não tem as medidas exactas daquele em que cremos viver, porque vivemos num mundo que ainda não aprendemos a olhar.”¹⁴⁶

¹⁴⁵ Cf. RUIVO;1988.

¹⁴⁶ AUGÉ;2005:34.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGÉ, Marc (2005). *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. 90 Graus Editora. Lisboa.

BALDRICO, Joaquim (1999). “Os moinhos de maré em Aldeia Galega nas margens do tempo”. Boletim *O Cidadino*, III Série, n.º 6/7 (Abril/Setembro), pp. 7. Junta de Freguesia de Montijo.

_____ (2002). *Montijo, Aldeia Galega: Memória Fotográfica*. Cygnuscolor Design Lda, Câmara Municipal de Montijo e Junta de Freguesia de Montijo.

_____ (2003). “Fregueses e freguesias: freguesia de Afonsoeiro”. *Revista da Câmara Municipal de Montijo*. Arquivo Municipal de Montijo, pp. 17.

BICHO, Leandro; Susana BAPTISTA (2006). "Modelo de Porter e Análise SWOT: estratégias de negócio." *Instituto Superior De Engenharia De Coimbra. Departamento De Engenharia Civil*. Versão electrónica disponível em <http://www.notapositiva.com> (data do último acesso: 21 de Fevereiro de 2011).

BOSH, Enric (2004). “Organização e gestão de instituições socioculturais.” Comp. Jaume TRILLA. *Animação Sociocultural: Teorias, Programas e âmbitos*. Lisboa: Instituto Piaget, pp. 155-69.

CAPUCHA, Luís (1990). “Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social.” *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 8, pp. 29-41.

CARVALHO, Rosário Salema de [et al.] (2009). *Património Artístico-Cultural do Montijo*. Colecção de Estudos Locais – Cultura, n.º 9. Edições Colibri, Câmara Municipal de Montijo.

CENTENO, Maria João Anastácio (2009). “A política cultural em Portugal na entrada do novo século”. Comunicação efectuada no 6.º Congresso da SOPCOM.

COELHO, Sandra Lima (2008). “Participação social e associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção do Comércio Justo”.

Comunicação efectuada na conferência *O Movimento Associativo em Portugal e na Galiza*. Santa Maria da Feira.

CORREIA, Francisco (2001). *Aldeia Galega do Ribatejo – Séculos XIII a XV*. Câmara Municipal de Montijo.

COSTA, António Carvalho da (1712). *Corografia Portuguesa e Descrição Topografica do Famoso Reyno de Portugal* (disponível no site da Biblioteca Nacional On-line: www.bnd.pt).

CRESPI, Franco (1997). *Manual de Sociologia da Cultura*. Editorial Estampa. 1.^a edição. Tradução de Teresa Antunes Cardoso.

CRUZ, Maria Alfreda (1973). *A Margem Sul do Estuário do Tejo. Factores e Formas de Organização do Espaço*. Edição de autor impressa nas oficinas gráficas da Gazeta do Sul, Montijo.

DIAS, Mário Balseiro (2000). *Documentos Medievais de Aldeia Galega do Ribatejo (1235-1470)*. Edição de autor impressa nas oficinas da Sograsul, Sociedade Gráfica do Sul.

_____ (2001). *Economia Marítima de Aldeia Galega do Ribatejo*. Edição de autor impressa nas oficinas da Sograsul, Sociedade Gráfica do Sul.

FERREIRA, Pedro Moura (2008). “Associações e democracia: faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses?” *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 57, pp. 109-130.

FRANÇA, Luís (1993). *Portugal – valores europeus, identidade cultural*. Lisboa, IED.

FRAGOSO, António (2004). “Investigando em rede no desenvolvimento local: um estudo de casos.” *Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia*, Braga.

GARCÍA, María Jesús Morata (2004). "Animação Sociocultural e desenvolvimento comunitário." Comp. Jaume TRILLA. *Animação Sociocultural: Teorias, Programas e âmbitos*. Lisboa: Instituto Piaget, pp. 293-99.

GONÇALVES, António Custódio (1988). "Os Bairros Urbanos Como Lugares De Práticas Sociais." *Revista Da Faculdade De Letras Do Porto – Geografia*. I Série, Vol. IV, pp. 15-31. Versão electrónica disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1547.pdf> (data do último acesso: 21 de Fevereiro de 2011).

HAWKES, Jon (2001) *The fourth pillar of sustainability, Culture's essential role in public planning*. Versão electrónica disponível em <http://www.superorg.net/archive/phil/FourthPillarSummary.pdf> (data do último acesso: 13 de Dezembro de 2010).

LEAL, Carla Manuela da Silva (2008). “Reavaliar o conceito de Qualidade de Vida”. Universidade dos Açores. Açores.

LOPES, João Teixeira (2000). “Em busca de um lugar no mapa.” Revista *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 34, pp. 81-116.

LOPES, Marcelino de Sousa (2006). *A Animação Sociocultural em Portugal*. Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural. Amarante.

LUCAS, Isabel (1997). *Subsídios para a História do Concelho de Montijo – cronologia geral*. 2.^a edição. Câmara Municipal de Montijo.

MANSO, José Pires; SIMÕES, Nuno Miguel (2007). *Os Municípios e a Qualidade de Vida em Portugal: proposta metodológica com vista à sua mensuração e ordenação*. Universidade da Beira Interior, Covilhã.

MARTINS, Artur (2010). “O movimento associativo popular e a democracia”. Disponível em www.25abril.org (último acesso a 12 de Setembro de 2010).

MIRANDA, Jorge (2006). “Notas sobre cultura, Constituição e direitos culturais.” Versão electrónica disponível em <http://fd.ul.pt/Portals/0/Docs/institutos/icj/Lus-commune/MirandaJorge.pdf> (data do último acesso: 4 de Novembro de 2010).

NOGUEIRA, Luís Maria (1958). “Recordações dum Aldeano ao redor de 1900”. Artigo do jornal *A Província*. 13 de Março, pp. 2.

PORTUGAL, José; MARQUES, Susana (coord.) (2007). *Gestão Cultural do Território*. Setepés, Coleção Públicos n.º 4. Porto. Versão electrónica disponível em http://www.setepes.pt/Portals/0/SetePesEdicoes/CP_GCultural.pdf (data do último acesso: 21 de Fevereiro de 2011).

PUIG, Toni (1993). *Manual para a Produção dos Serviços Municipais: a construção dos serviços para a qualidade de vida a partir das necessidades dos cidadãos ou como usar o marketing nos municípios*. Associação de Municípios do Distrito de Setúbal. Biblioteca CRAUT, Vol. 1.

_____ (2004). "Vamos Gerir a Cultura Da Cidade Com Os Cidadãos." Comp. Jaume TRILLA. *Animação Sociocultural: Teorias, Programas e âmbitos*. Lisboa: Instituto Piaget, pp. 301-16.

RAMA, José de Sousa (1906). *Coisas da Nossa Terra – Breves Notícias da Vila de Aldeia Galega do Ribatejo*. Typografia do Anuário Comercial. Montijo.

RUIVO, Fernando (1988). "Agente de desenvolvimento local, formação e recursos endógenos". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 25/26, pp. 253-261.

SILVA, Augusto Santos (1987). "O sociólogo como técnico e agente de desenvolvimento." *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 3, pp. 67-71.

_____ (1997). "Cultura: das obrigações do Estado à participação civil." *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 23, pp.37-48.

_____ (2007). "Como abordar as políticas culturais autárquicas? Uma hipótese de roteiro". *Revista Sociologia, Problemas e Práticas* n.º 54, pp. 11-33.

SILVA, Luísa Ferreira da (2001). *Intervençã Psico-social*. Universidade Aberta. Lisboa.

TAPADINHAS, Joaquim Carreira (2003). *Aldeia Galega no Tempo dos Descobrimentos*. Edição de autor, impressa na oficina da Gráfilivros – Artes Gráficas, L^{da}. Montijo.

TEIXEIRA, Marlene; MACHADO, Rosa Maria (1986). "Conceito de bairro – unidade popular ou técnica?" *Anuário do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, pp. 66-71. Versão electrónica disponível em http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1986/vol_10_66_71.pdf (data do último acesso: 21 de Fevereiro de 2011).

TINOCO, Alfredo; SOUSA, Élia Maria (2009). *Património Industrial e Pré-Industrial de Montijo: da obra à memória*. Colecção de Estudos Locais – Cultura, n.º 8. Edições Colibri. Câmara Municipal de Montijo.

TORRES, Alcídio; AZEVEDO, Rosa Bela; LEAL, Armando (2003). *Montijo – Aldeia Galega: Cem Anos de História Municipal*. Âncora Editora. Lisboa.

VALENTE, Álvaro (1942). *Daqui... Fala Ribatejo: contos monográficos*. Edição de autor. Montijo.

VALENTE, Prudência (2004). “Qualidade de vida na cidade da Guarda”. Centro de Estudos Ibéricos. Guarda.

VIVEIROS, Albino Luís Nunes (2008). “O desenvolvimento local e a animação sociocultural. Uma comunhão de princípios.” Disponível em <http://quadernsanimacio.net> (data do último acesso: 2 de Janeiro de 2011).

----- Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura (1977). Editorial Verbo. Lisboa.

----- Lexicoteca, Moderna Enciclopédia Universal (1987). Círculo de Leitores. Lisboa. Volume XV, pp. 237.

BOLETINS E DOCUMENTOS NÃO PUBLICADOS

Protocolo de delegação de competências da Câmara Municipal de Montijo na Junta de Freguesia de Afonsoeiro. Montijo, 19 de Julho de 2010.

Memória Descritiva do Edifício-Sede do Rancho Folclórico do Afonsoeiro. Câmara Municipal de Montijo, Dezembro de 2002.

Caracterização geográfica e socio-económica do Concelho de Montijo (1990). Gabinete do Plano Director Municipal, Câmara Municipal de Montijo.

Afonsoeiro: o futuro começa aqui. Boletim informativo da Junta de Freguesia de Afonsoeiro. Ano IV, Agosto de 2002 – Ano VIII, Agosto de 2009.

Terras de Afonso Soeiro. Boletim informativo da Junta de Freguesia de Afonsoeiro. Ano I, n.º Agosto de 1998 – Ano III, Novembro de 2001.

Programa das Festas Populares de Afonsoeiro 1994 a 1999.

DOCUMENTOS LEGISLATIVOS

Criação da freguesia de Afonsoeiro no concelho do Montijo: Decreto-Lei n.º 39/89, 24 de Agosto de 1989. D.R. n.º 194, I Série, pp. 3522.

Estabelecimento do quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais: Lei n.º 159/99, 14 de Setembro de 1999. D.R. n.º 215, I Série-A, pp. 6301.

WEBGRAFIA

Agenda 21 Local

<http://www.agenda21local.info> – Data do último acesso: 6 de Agosto de 2010.

Associação Portuguesa de Sociologia

<http://www.aps.pt/> - Data do último acesso: 24 de Fevereiro de 2011.

Biblioteca Nacional Portuguesa

www.bnd.pt – Data do último acesso: 10 de Janeiro de 2011.

Câmara Municipal de Montijo

www.mun-montijo.pt – Data do último acesso: 18 de Fevereiro de 2011.

Declaração do México sobre Políticas Culturais (1982)

<http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000546/054668mb.pdf> - Data do último acesso: 11 de Agosto de 2010

DECO: estudo sobre qualidade de vida – inquérito em 76 cidades

<http://www.deco.proteste.pt/direitos/qualidade-de-vida-inquerito-em-76-cidades-s487991.htm> - Data do último acesso: 21 de Fevereiro de 2011.

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

www.fcsh.unl.pt – Data do último acesso: 18 de Fevereiro de 2011-02-17

Plano Director Municipal do Montijo

http://www.mun-montijo.pt/NR/rdonlyres/98C635E7-420B-42BE-AFA8-AA17B0B8B462/9247/RFAE_PDMM_parte5.pdf - Data do último acesso: 18 de Fevereiro de 2011.

Plano Estratégico de Montijo

<http://www.mun-montijo.pt/pt/conteudos/camara+municipal/projectos/plano+estrategico+montijo/> - Data do último acesso: 21 de Fevereiro de 2011.

Revista *Crítica de Ciências Sociais*

<http://www.ces.uc.pt/rccs/index.php> - Data do último acesso: 21 de Fevereiro de 2011.

Revista *Sociologia, Problemas e Práticas*

<http://sociologiapp.iscte.pt/> - Data do último acesso: 21 de Fevereiro de 2011.

ANEXOS

ANEXO I

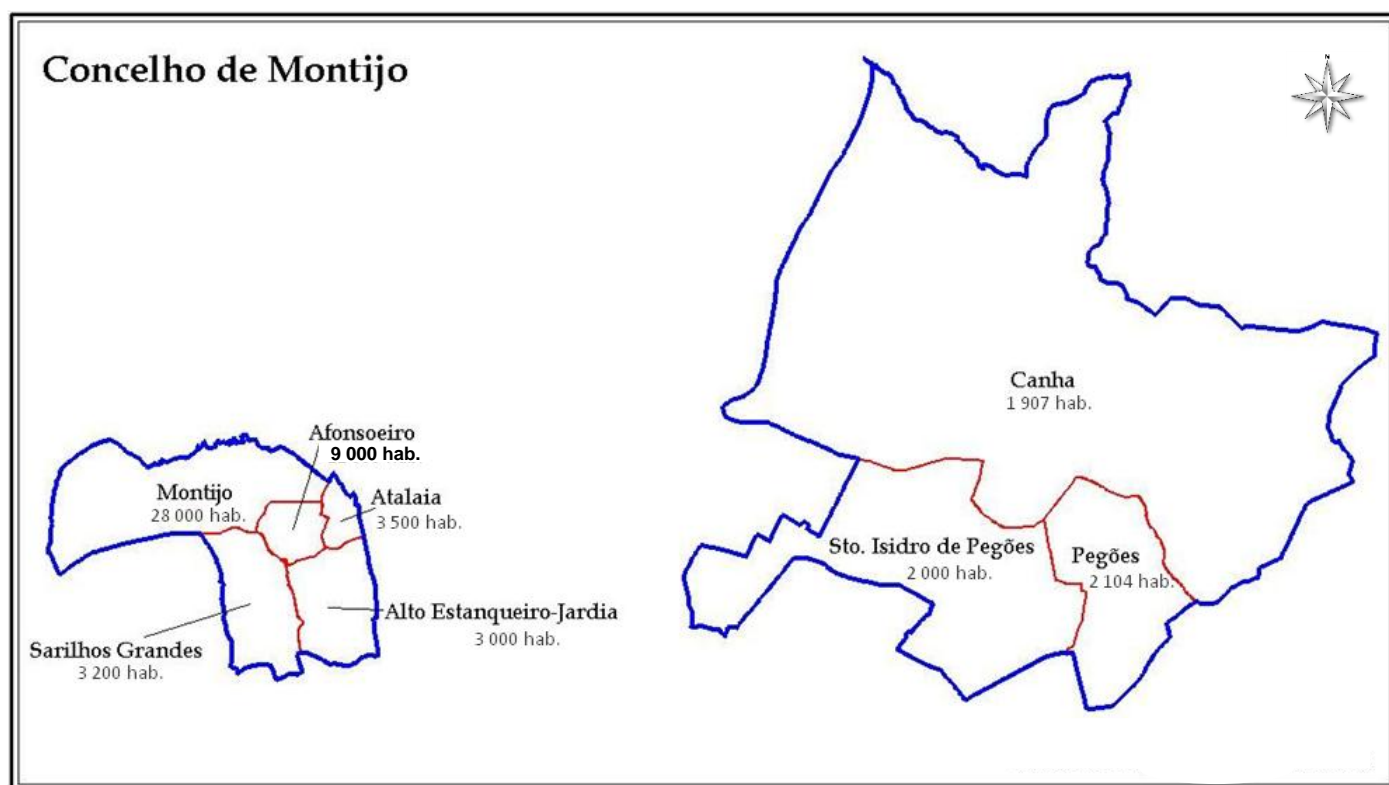
Enquadramento Regional do Concelho de Montijo



Fonte: Câmara Municipal do Montijo

ANEXO II

Localização das oito freguesias do Concelho de Montijo e respectiva população em 2010 (valor aproximado)



Fontes:

Imagem - Câmara Municipal do Montijo;

Valor populacional: Juntas de Freguesia do Concelho de Montijo

ANEXO III

**Ortofotomapa com delimitação dos bairros e zona industrial da
Freguesia de Afonsoeiro**

ANEXO IV

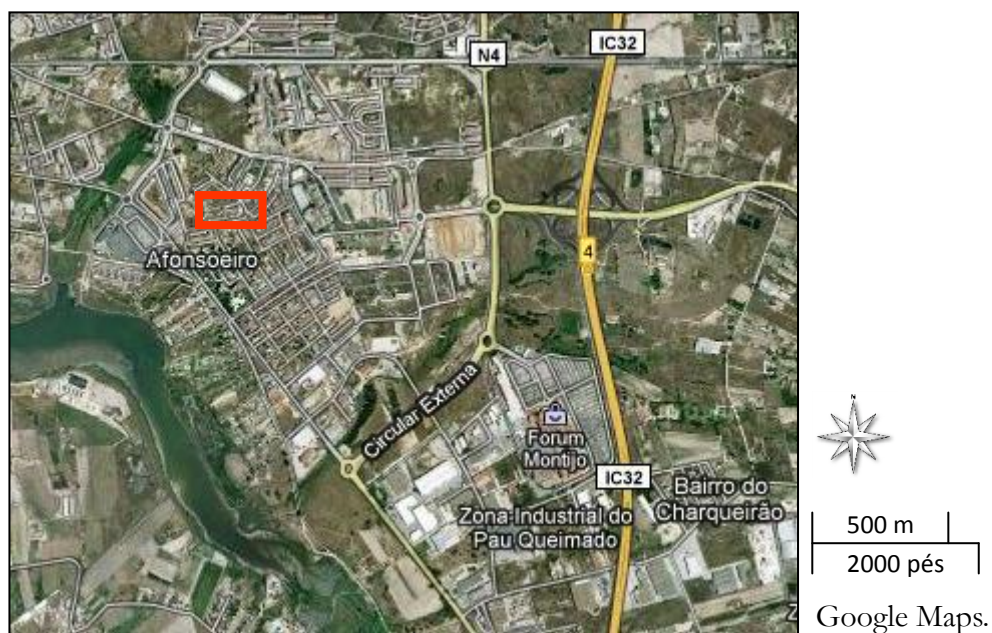
Localização das antigas malhadas do senhor “Tobias”



Fonte: Ana Lopes, 2010.

ANEXO V

Localização da antiga Quinta do “Ramada Curta”



Em cima:
Rua Álvares Cabral.

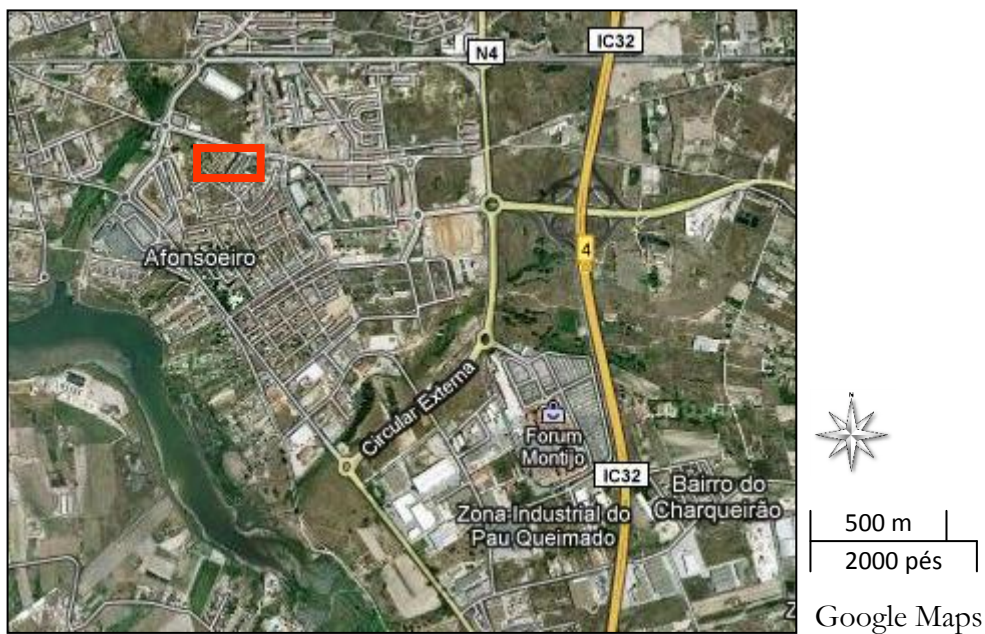
À direita:
Centro Comercial “O
Gaveto”, na mesma rua.



Fonte: Ana Lopes, 2010.

ANEXO VI

Localização do antigo “Bairro Sem Justiça”, hoje Alto das Vinhas Grandes

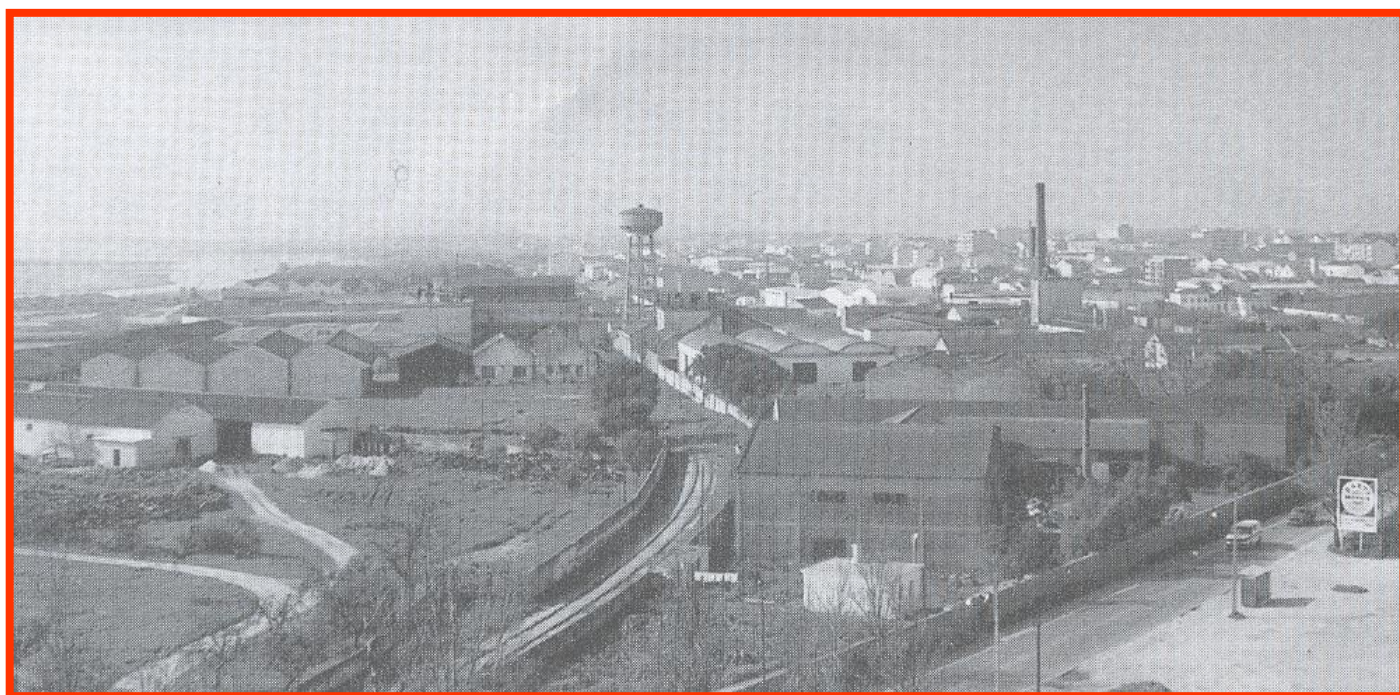
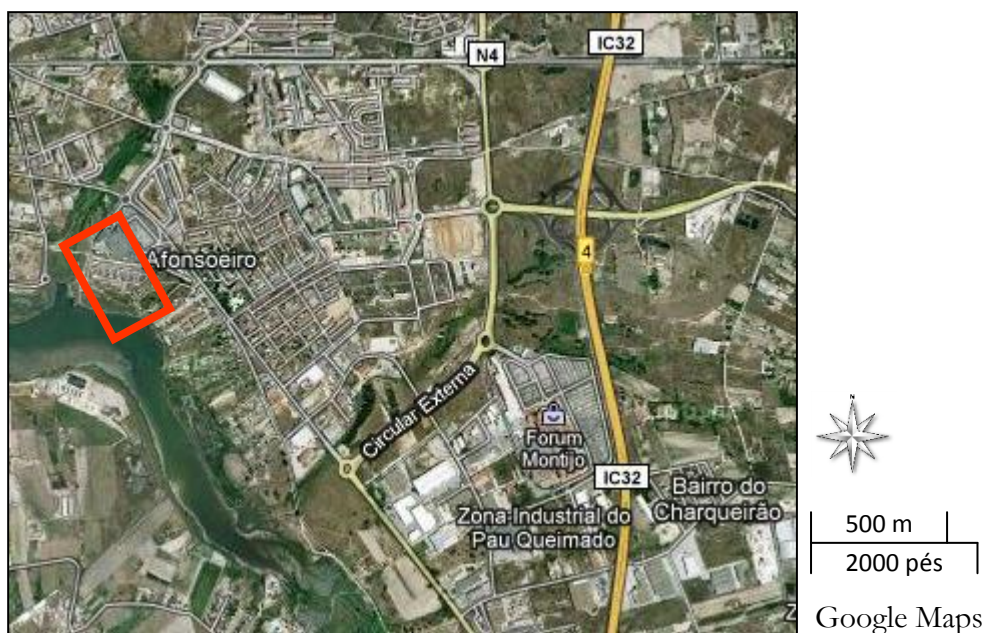


Rua Nuno Gonçalves Régio, 2010.

Fonte: Ana Lopes.

ANEXO VII

Vista panorâmica das fábricas em Afonsoeiro, edificadas em torno do
caminho-de-ferro (1989)



Fonte: [CMM;1990:92].

ANEXO VIII

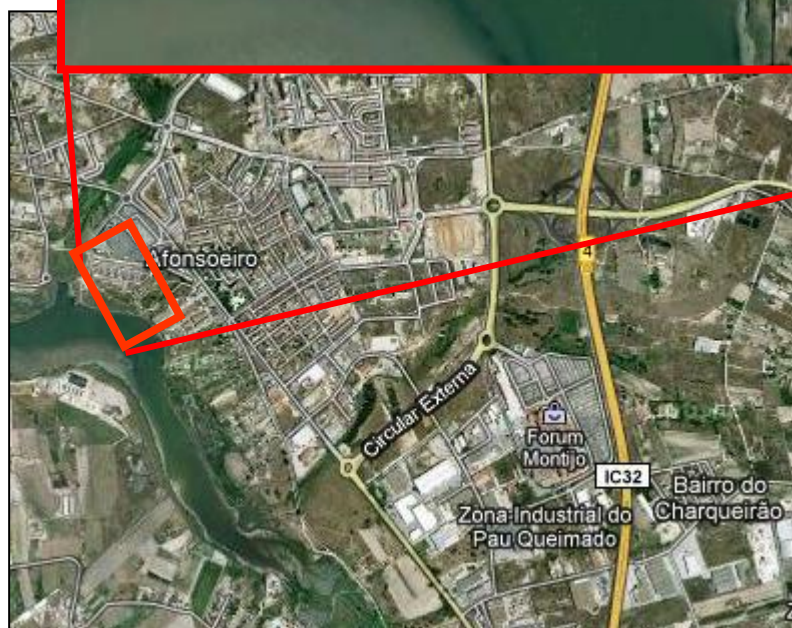
Sinalização do troço ferroviário que ligava Aldeia Galega do Ribatejo a Pinhal Novo



Google Maps
2010

ANEXO IX

Sinalização de antigas fábricas junto à maré (Afonsoeiro)



Fotografia registada
a 4331 pés
Google Earth
2010

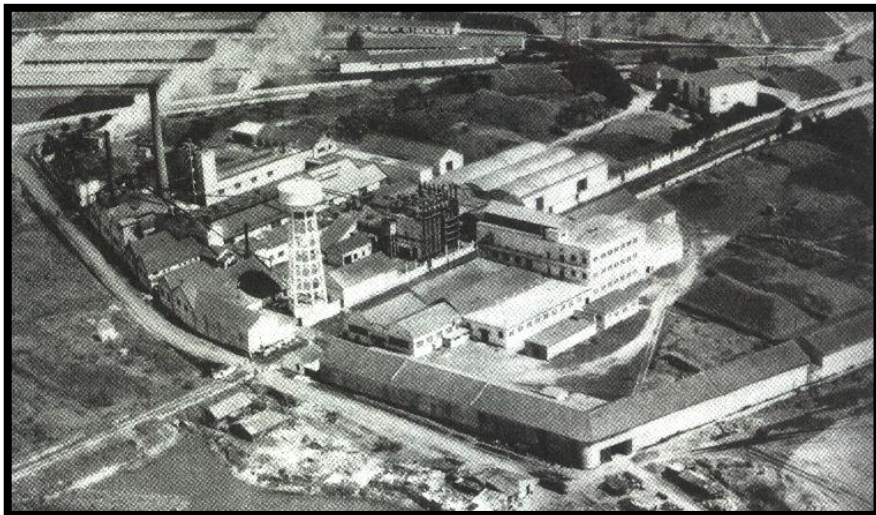


500 m
2000 pés

Google Maps
2010

ANEXO X

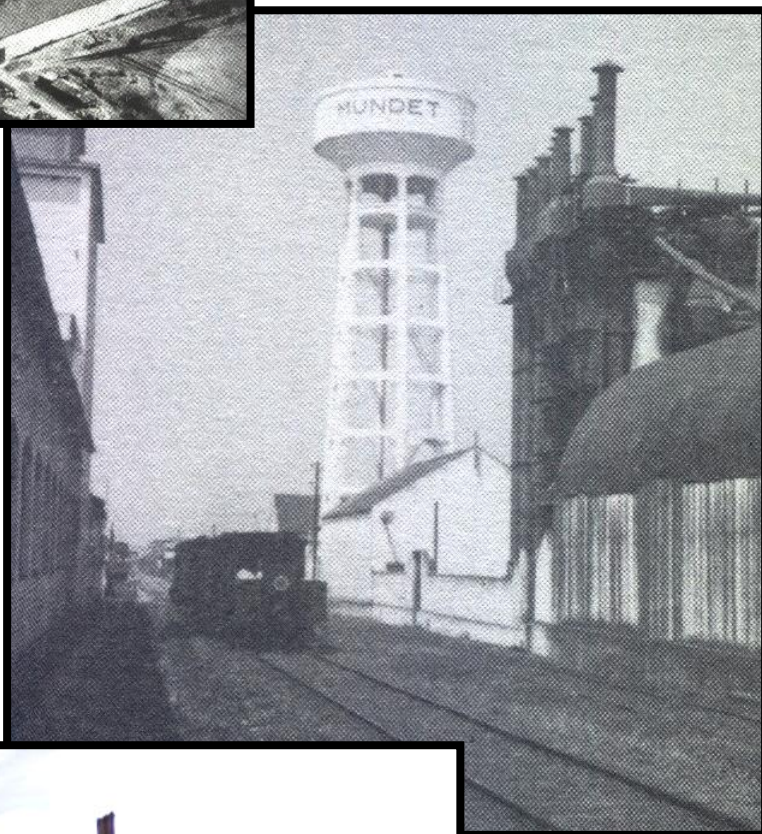
Apontamento fotográfico da fábrica *Mundet* ao longo do tempo.



Em cima:
Fotografia aérea da fábrica (1960-70).
Fonte: [Torres;2003:45]

À direita:
Comboio a passar entre as duas partes da fábrica (1960-70).
Fonte: [Baldrico;2001:171]

Em baixo:
Complexo comercial E.Leclerc, (2010).
Fonte: Ana Lopes.



ANEXO XI

Localização de chaminés preservadas pelo dinamismo imobiliário em Afonsoeiro (2010)



À esquerda:
Praça da Concórdia,
Alto das Vinhas Grandes.

Em baixo:
Praça dos Descobrimentos,
Alto das Vinhas Grandes.

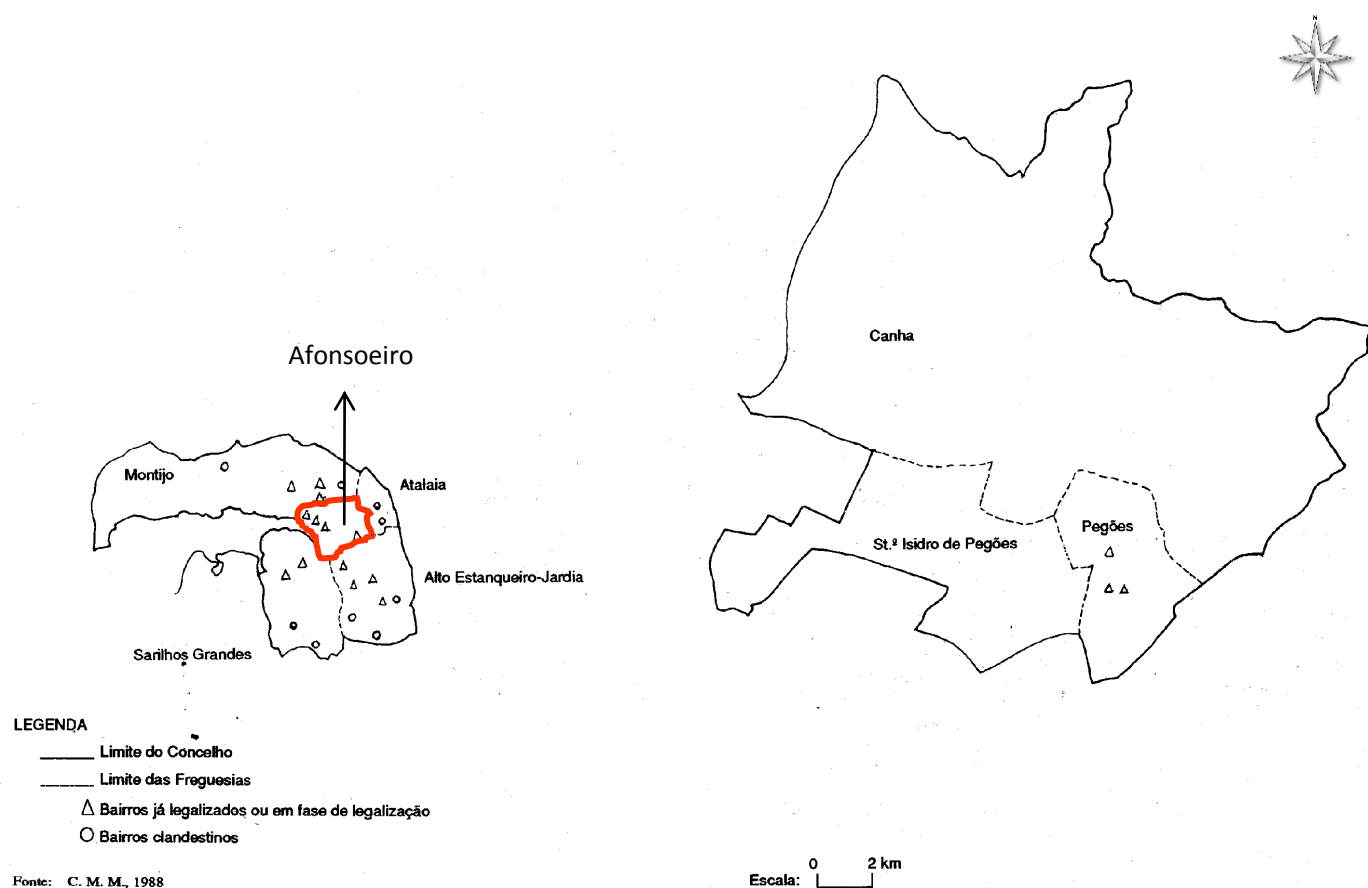


À direita:
Chaminé de empreendimento fabril já demolido (desconhecido),
Alto das Vinhas Grandes.

À esquerda:
Chaminé e Depósito de Água da Mundet. Destaca-se também a rotunda com monumento alusivo à indústria - construção que, misturada com a própria chaminé, traz à memória uma caldeira (local onde se cozia a cortiça) de onde cresce um sobreiro.
Afonsoeiro, junto ao hipermercado E.Leclerc.

ANEXO XII

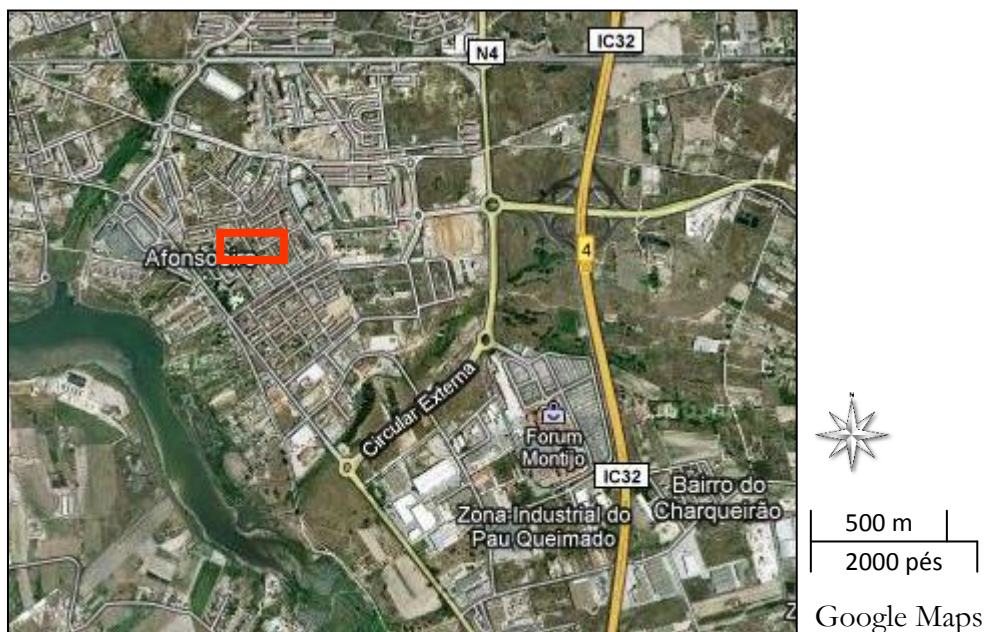
Localização dos bairros com génese clandestina existentes no Concelho de Montijo (1988)



Obs.: Uma vez que em 1988 a Freguesia de Afonsoeiro ainda não tinha sido criada, estando o seu território anexo à Freguesia de Montijo, a delimitação a vermelho serve apenas para ilustrar onde se situavam os bairros (de cima para baixo: Alto das Vinhas Grandes, Bela Vista, Afonsoeiro e Charqueirão).

ANEXO XIII

Localização e registo fotográfico de antiga taberna situada no bairro da Bela Vista



Em cima:
Década de 60

À direita:
2007

Fonte: Francelina Pereira de Jesus



ANEXO XIV

Localização dos estabelecimentos de ensino situados na Freguesia de Afonsoeiro (2009)

À direita:

EB1/JI de Afonsoeiro, Rua D. Maria Pia (2009).

À direita, em baixo:

Escola Profissional de Montijo, Rua José de Almada Negreiros.



Em cima:
Escola Secundária Poeta Joaquim Serra, Av. Zeca Afonso.

Em baixo:
Centro de Infância de Afonsoeiro (Santa casa da Misericórdia), Rua de Cabo Verde.

Em baixo, à direita:
EB n.º4 de Montijo, Rua de Moçambique.



500 m
2000 pés

Google Maps



Fonte: Junta de Freguesia de Afonsoeiro.

ANEXO XV

Primeiras construções em altura – bairro da Bela Vista, Afonsoeiro



À esquerda:

Pormenor das construções, Rua Álvares Cabral (2010).

Em baixo:

Perspectiva dos “prédios brancos” em frente à Igreja. Rua das Descobertas (2010).



500 m

2000 pés

Google Maps



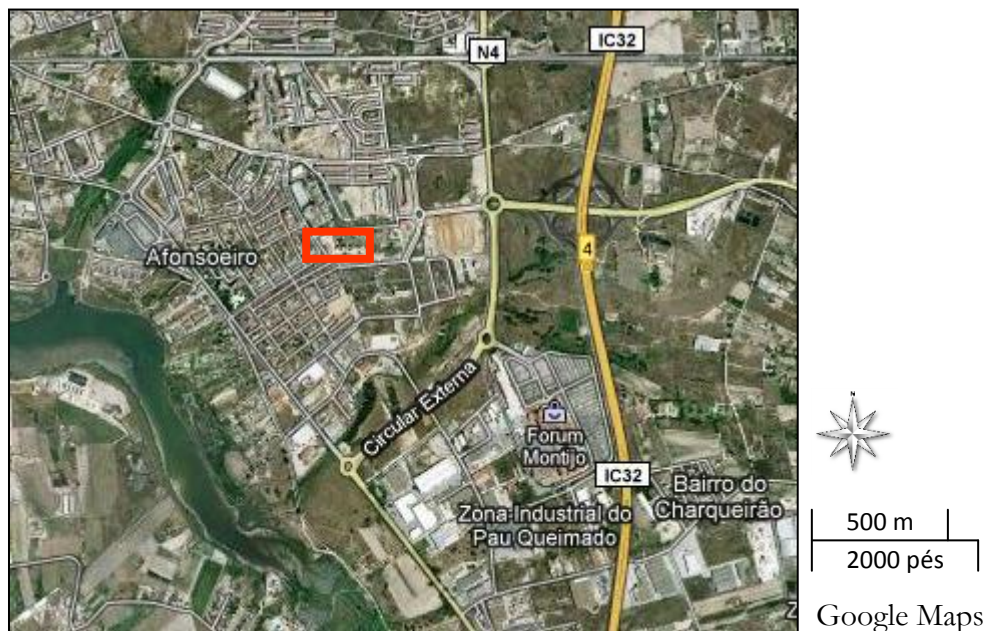
À esquerda:

Lote dos “prédios amarelos”, Praça da Paz (2010).

Fonte: Ana Lopes.

ANEXO XVI

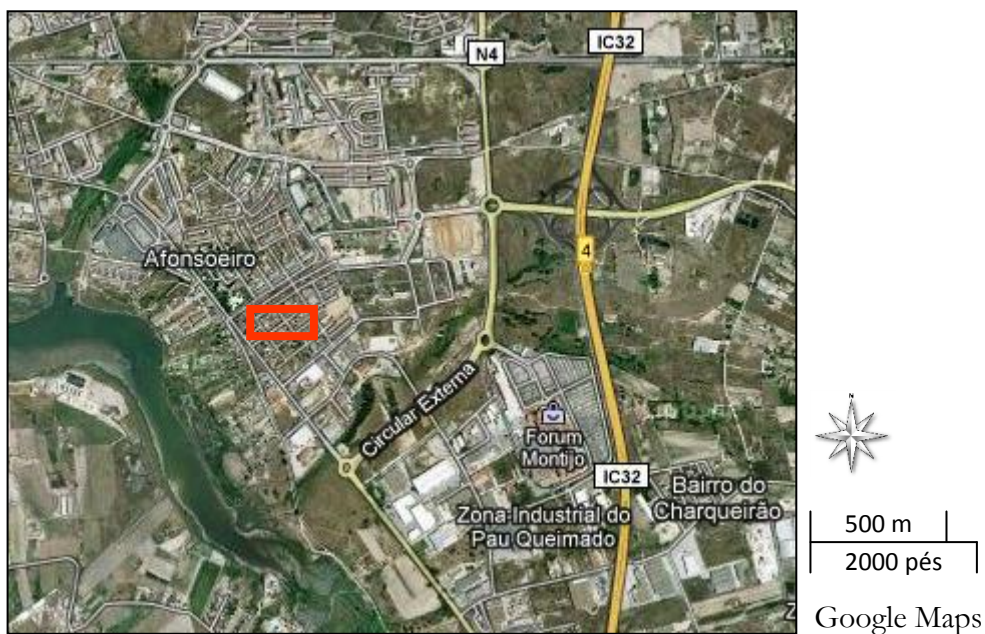
Localização da Igreja de Nossa Senhora da Conceição – Freguesia de Afonsoeiro (2010)



Fonte: Ana Lopes.

ANEXO XVII

Localização e registo fotográfico do edifício da Junta de Freguesia de Afonsoeiro e do Pólo da Biblioteca



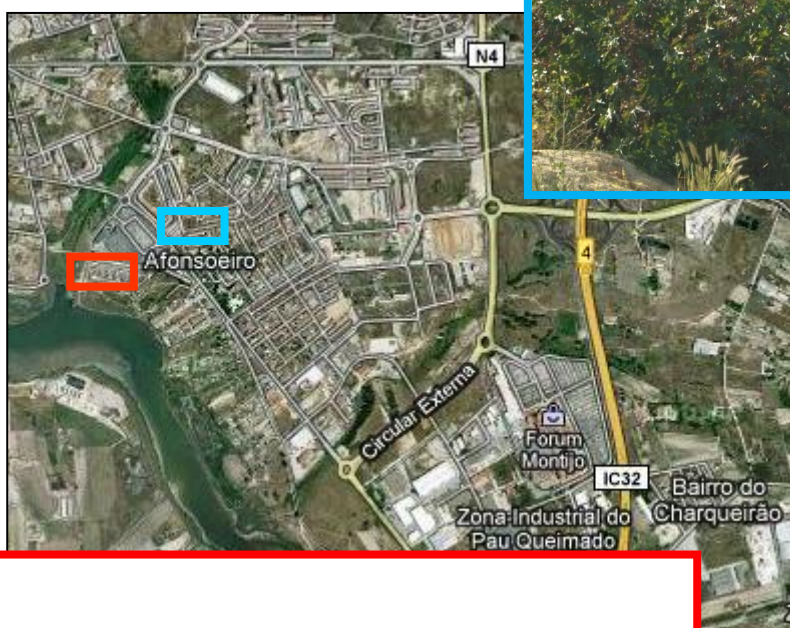
Em cima:
Sala do Pólo da Biblioteca
À esquerda:
Aspecto exterior da sede da Junta de Freguesia de Afonsoeiro.
Rua Ilha do Príncipe.
Fonte: Ana Lopes, 2010

ANEXO XVIII

Situação geográfica dos moinhos de Afonsoeiro

À direita:
**Moinho de Vento do
Afonsoeiro**, 2010.

Fonte: Junta de
Freguesia de
Afonsoeiro.



500 m

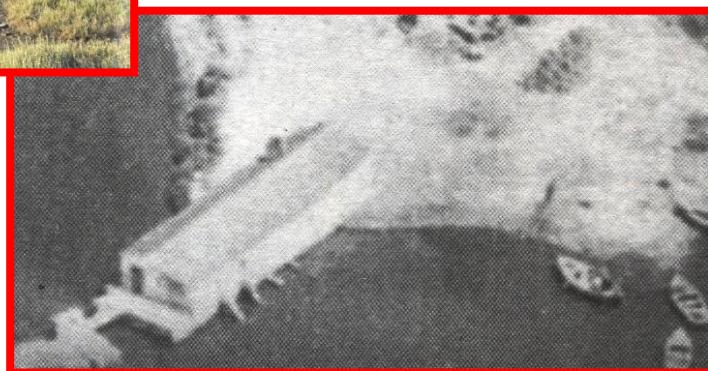
2000 pés

Google Maps



Em cima:
Moinho de Maré da Mundet, 2010.
Fonte: Ana Lopes.

À direita:
Moinho de Maré da Mundet, 1950.
Fonte: [Baldrico;2002:167]



ANEXO XIX

Localização da Farmácia Borges da Cruz e do Centro de Saúde de Afonsoeiro



500 m

2000 pés

Google Maps



Em cima:

Centro de Saúde de Afonsoeiro,
Rua D. Francisco Manuel de Melo,
2010.

À esquerda:

Farmácia Borges da Cruz,
Rua Vasco da Gama 2010.
Fonte: Ana Lopes.

ANEXO XX

Localização do polidesportivo da Bela Vista e do campo de futebol de Afonsoeiro



500 m

2000 pés

Google Maps



Em cima:
Campo de Futebol de Afonsoeiro,
2009.

À esquerda:
Polidesportivo da Bela Vista, 2009.
Fonte: Junta de Freguesia de Afonsoeiro.

ANEXO XXI

Situação geográfica dos principais nós de acessibilidade da Freguesia de Afonsoeiro (fonte: Junta de Freguesia de Afonsoeiro, 2010)



Em cima e à esquerda: **Avenida Garcia de Orta (2010)**- início da Estrada Nacional 4, que liga o Montijo ao Alentejo e a Espanha.

Em baixo:

Rotunda das Portas da Cidade – Acesso pela IC32.



500 m

2000 pés

Google Maps



Em cima:

Rotunda do Apeadeiro de Sarilhos, EN 252 – Acesso Sul (de Pinhal Novo, Palmela e Setúbal).

À esquerda:

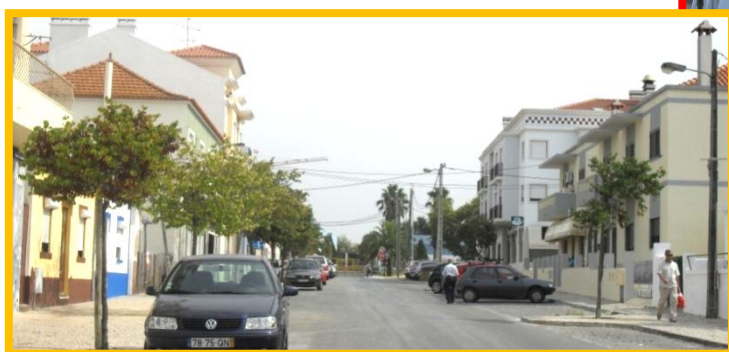
Rotunda da Mundet, Rua Vasco da Gama – entrada em Afonsoeiro para quem sai da Freguesia de Montijo.

ANEXO XXII

Registo fotográfico de caracterização dos diferentes bairros da Freguesia de Afonsoeiro

À direita:
Alto das Vinhas Grandes: - **Praça
Henrique Lopes de Mendonça**, 2010.

Em baixo:
Bela Vista - **Rua Afonso de Albuquerque**,
2010.



500 m
2000 pés
Google Maps

Bairro 1.º de Maio:
Rua de S. João,
2010.



Afonsoeiro: **Rua de Macau**, 2010.

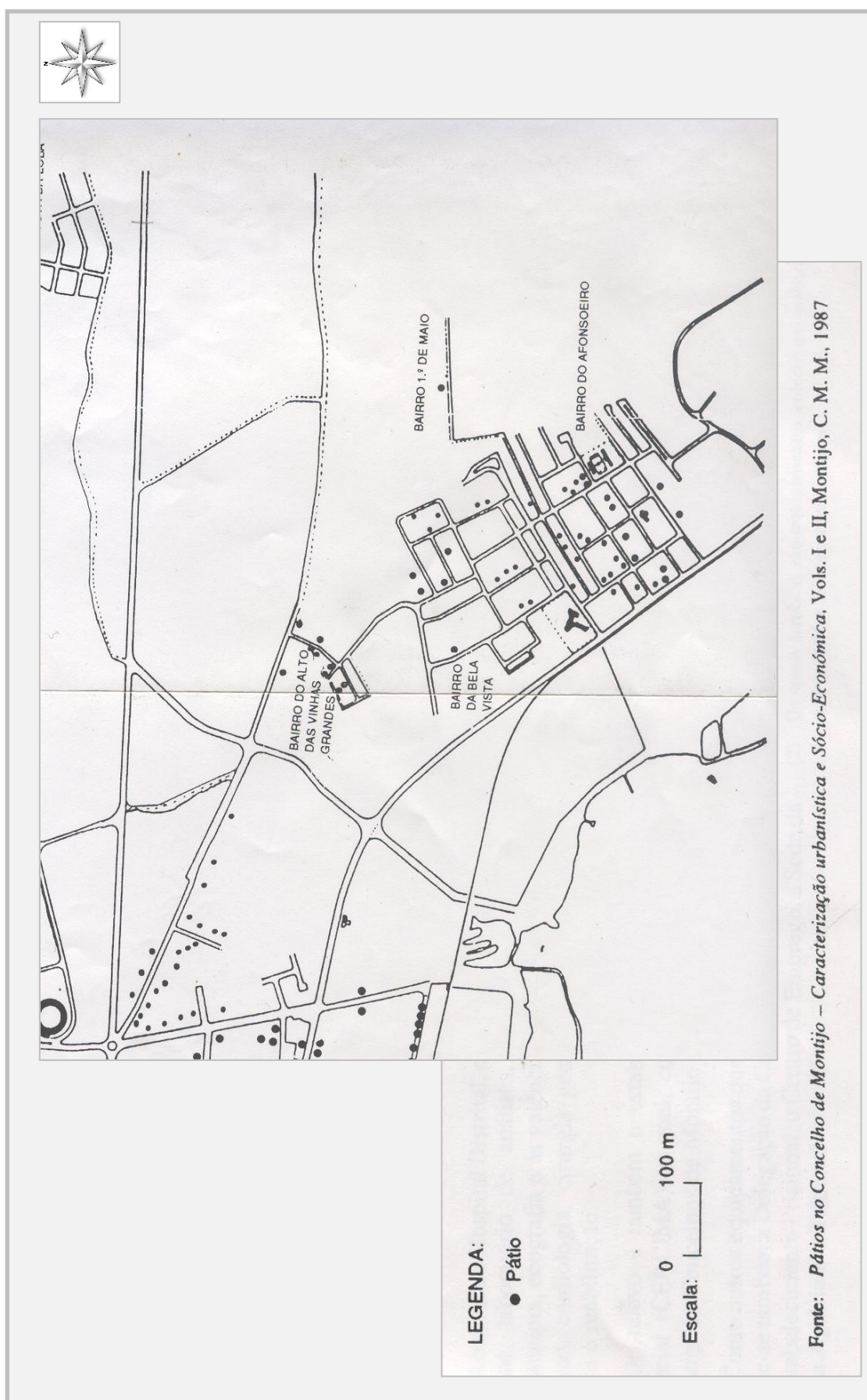


Bairro do
Charqueirão:
Rua da Saudade,
2010.

Fonte: Ana Lopes.

ANEXO XXIII

Pátios existentes em 1987 nos bairros que hoje constituem a Freguesia de Afonsoeiro



ANEXO XXIV

Ruas engalanadas por ocasião das Festas Populares de Afonsoeiro 2007

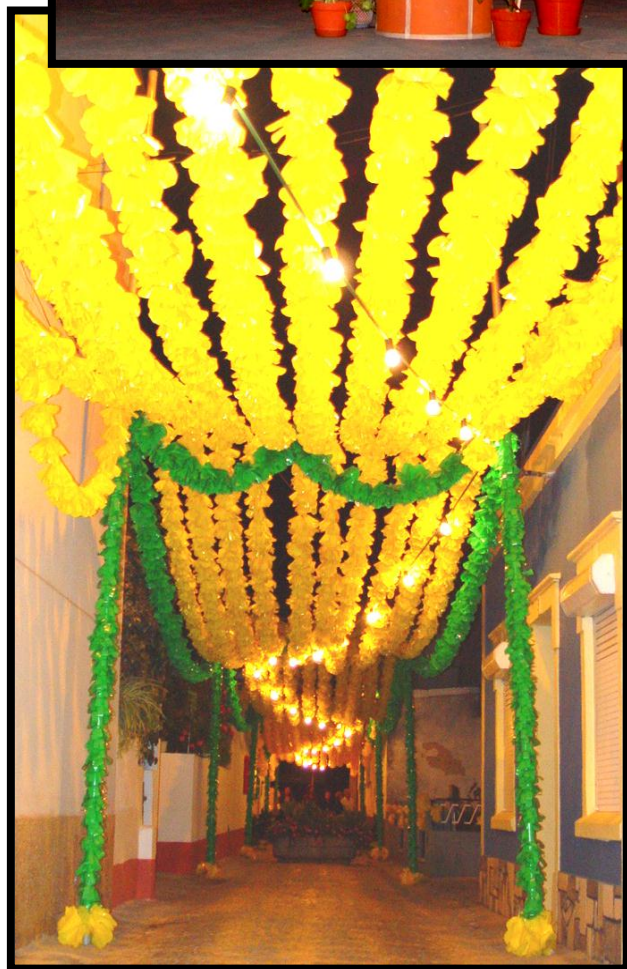


À esquerda:
Rua da Guiné.

Em baixo, à esquerda:
Travessa de Bissau.

Em baixo:
Rua D. João de Castro.

Fonte: Junta de Freguesia de Afonsoeiro



ANEXO XXV

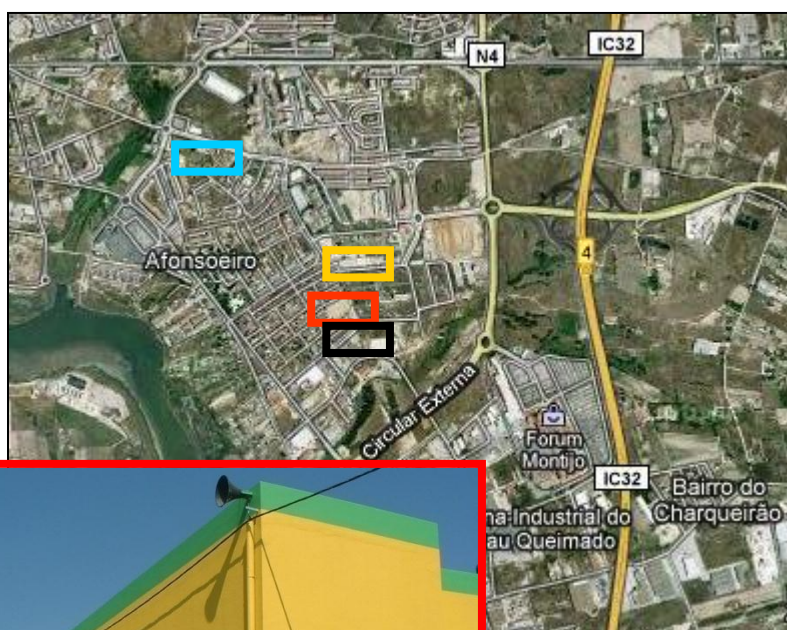
Localização geográfica das sedes associativas na Freguesia de Afonsoeiro (2010)



Em cima:
Bons Amigos – Rua Fernão Mendes Pinto, 2010.



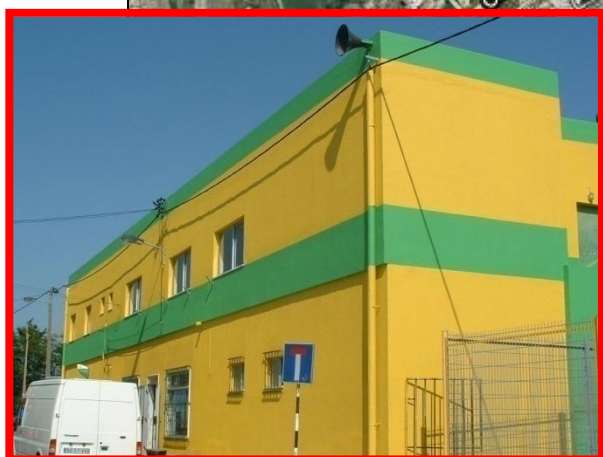
Em cima:
Pólo Cultural do Afonsoeiro,
sede do Grupo Típico de
Danças e Cantares do
Afonsoeiro (arruamento
ainda sem denominação),
2010.



500 m

2000 pés

Google Maps



Em cima:
Estrela Futebol Clube – Rua de Maputo, 2010.



À direita:
Centro Social de São Pedro do Afonsoeiro –
Rua Cidade da Beira, 2010.

ANEXO XXVI

Registo Fotográfico do Pólo Cultural do Afonsoeiro (exterior)



Fachada (alçado poente)



Alçado Sul (lateral esquerdo)



Alçado Nascente (tardoz)



Placa de sinalização à entrada do edifício (segundo o executivo da Câmara Municipal o erro ortográfico existente já se encontra em fase de correcção)

ANEXO XXVII
Levantamento Arquitectónico do Pólo Cultural de Afonsoeiro

ANEXO XXVIII

Registo Fotográfico do Pólo Cultural do Afonsoeiro (interior)



Imagem do Salão aquando da inauguração do equipamento (12 de Setembro de 2009)



Actuação do Grupo Típico de Danças e Cantares de Afonsoeiro(12 de Setembro de 2009)



Expositor de troféus e condecorações da associação (2009)



Área do Café/Bar preparada para *buffet* (2009)